

EM TEMPO!

Publicação da tendência Democracia Socialista do PT

Em busca da esperança perdida



O desafio de vencer na rota final de campanha os sentimentos de apatia e desalento popular

As razões da terra



Conflito e morte em Porto Alegre



Trotsky livre

Uma experiência avançada do controle operário



Assembléia dos grevistas de Volta Redonda

LEIA INPRECOR AMÉRICA LATINA



Para receber a
Inprecor nº 6, envie
um cheque de
Cr\$ 100,00 à Rua
Artur de Azevedo, 556
- CEP 05404
São Paulo.

América Latina: As crianças perdidas se reencontram, por Sergio Rodrigues/ Nicarágua: Pronunciamento da direção nacional da FSLN - As barricadas frente à UNO, por Cecilia Garmendia/ Peru: Fujimori ou o homem que a história peruana inventou, por Hugo Blanco/O futuro do socialismo na América Latina, por James Petras/ URSS: Os espinhos do mercado, por David Seppo/ Sobre a saída do SWP da IV Internacional, por Livio Maitan e Braulio Chávez/ Equador: A organização nacional indígena, por Ernesto Martínez/ Cuba hoje, Resolução do CEI da Quarta Internacional

ASSINE EM TEMPO:

Quero assinar o EM TEMPO e receber em meu endereço 12 jornais por um ano. Minha opção de pagamento é:

() Normal: Cr\$ 600,00 () Apoio: Cr\$ 1.200,00

Nome: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____

Estado: _____ Telefone: _____

Recorde e envie juntamente com um cheque para a:

Rua Artur de Azevedo, 556
CEP 05.404

EM TEMPO:

Uma publicação mensal da
tendência Democracia Socialista do PT

Conselho Editorial: Américo Bernardes, Carlos Henrique Árabe, Gerson de Almeida, Hugo Manso Jr., Isaac Akcelrud, João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Ronaldo Barbosa, Tatau Godinho, Tomás Mata Machado.

Jornalista Responsável: Américo Antunes.
Reg.MTPS nº 2.769

Diagramação: Adelaide Joia

Editoração: Alvaro Alencar

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda. Rua Artur de Azevedo, 556 - Pinheiros - São Paulo - CEP 05.404 Fone: 852-8880. CGC nº 46.093.0001-10

Sucursais: Belo Horizonte: Rua Guajajaras, 329 S. 12 CEP: 30.180 Fone: 226-0646 / Porto Alegre: Rua Fernandes Vieira, 618 Loja 4 - Bom Fim CEP 90.210 Fone 27-4642 / Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 Sala 1142 CEP 20.031

Editorial

Em busca da esperança perdida

O contraste entre a amplitude e a combatividade da mobilização sindical dos trabalhadores e o "esfriamento" das campanhas eleitorais configura hoje o principal traço da conjuntura do país.

Longe de ser natural ou espontâneo este contraste é fruto de uma construção política deliberada. Surge como o principal fator de estabilização do governo Collor no presente momento. Puxa a disputa entre trabalhadores e classes dominantes para a direita. Alimenta os sentimentos de descrédito, apatia e desesperança dos setores mais oprimidos da população.

Tática da despolarização

Há uma sintonia fina entre as opções de Collor no plano político e no plano econômico. Elas podem ser resumidas no que chamamos de tática da despolarização política.

Collor sabe muito bem que o seu plano econômico não é um bom cabo eleitoral. Brutal arrocho salarial, aumento vertiginoso do desemprego, confisco indiscriminado do dinheiro dos pequenos e médios poupadores: tal tripé é suficiente para descarregar sobre o governo a desconfiança, senão a ira, de vastos setores da população.

Por isso, optou por não formar um partido ou coligação de partidos antes das eleições, hipótese que só lhe seria favorável se previsse uma ampla e segura aceitação popular ao Plano Collor.

Através desta tática, Collor persegue ao mesmo tempo dois objetivos: foge de ser submetido a uma dinâmica plebiscitária nestas eleições e prepara-se para efetuar um amplo movimento de cooptação, negociações e composições com os governadores e o Congresso eleitos. Sabe que o campo da colheita é largo: vai desde o PDS de Paulo Maluf até o PSDB.

Esta estratégia despolitizadora das eleições é ajudada por três fatores.

Em primeiro lugar, as eleições realizadas logo em seguida a um ano de um pleito presidencial extremamente polarizado evolui numa espécie de anti-clímax, isto é, de apatia frente a esperanças frustradas.

Um segundo fator é o caráter regional das eleições, centralizadas que são pela disputa dos governos estaduais. Aquela dinâmica nacional do ano passado foi quebrada no plano institucional.

Por fim, a extrema fragmentação dos partidos burgueses, o casuismo das siglas e o oportunismo dos candidatos favorece esta ação de despistamento de Collor. A localização deste ou aquele candidato como pró ou oposição a Collor fica extremamente difícil perante os olhos da população.

Guerra Sindical

Ao mesmo tempo em que no plano da política o governo Collor foge à polarização, no plano sindical estica a corda da intransigência, força até à exaustão o confronto.

Em particular, os trabalhadores do setor público têm sido protagonistas de greves longuíssimas em que qualquer espaço de negociação é fechado. Além de comprimir os gastos com o funcionalismo federal e trabalhadores das estatais, a intransigência de Collor tem a função de dar o exemplo, puxar a linha de arrocho sobre o conjunto da classe trabalhadora.

A postura de dar o nó nas negociações soma-se ao esforço de subordinar o julgamento dos dissídios pelo Tribunal Superior do Trabalho, criando como no caso do julgamento da greve de Volta Redonda (ver artigos nas páginas 9 a 12) novas jurisprudências, novas maneiras de "interpretar" o texto da lei. Às medidas provisórias, editadas muitas vezes contra a própria Constituição, soma-se agora a de número 211, que autoriza empresas em situação financeira difícil a recorrerem à Justiça do Trabalho para não pagar a reposição salarial da data-base prevista na medida provisória.

Collor faz uso assim de todo o peso de governo, do aparato jurídico, da pressão recessiva para impor o arrocho a um movimento sindical que acumulou forças e luta com energia através de longas greves de resistência.

Cálculos feitos pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEAD) mostram que os salários reais em junho de 1990 foram 34% menores do que a média de 1983, ano em que a recessão do início da década pressionou com mais forças os rendimentos para baixo.

Riscos em cadeia

Os perigos de uma tal situação para os trabalhadores não podem ser desprezados.

A ofensiva do governo não cessará de intensidade enquanto a resistência sindical ocorrer de forma isolada, embora heróica. No dia 16 de agosto, por exemplo, um decreto de Collor nomeou as primeira dez empresas estatais que serão alvo da ofensiva privatizante: a Companhia Siderúrgica do Nordeste, Aços Finos Piratini, Companhia Siderúrgica de Tubarão, Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais, Usiminas Mecânica, Mafersa, Companhia Petroquímica do Sul, Indústria Carboquímica Catarinense, Goiás Fertilizantes e Mineração Caraíba, além das ações da Petrobrás na Companhia Petroquímica do Nordeste, nas companhias de segunda geração do Polo Petroquímico de Camaçari e do Polo Petroquímico de Triunfo. Mas não há, ainda, por parte da CUT uma campanha articulada e nacional em defesa delas.

O risco maior, entretanto, é o que as eleições, refletindo um momento da luta de classe, garantam uma maioria conservadora no Congresso e no governo dos principais estados do país. Tal possibilidade - com todos os cuidados que devem merecer a análise de pesquisas e a variação que seus índices experimentam no tempo - está claramente indicada.

Tal resultado seria, no atual contexto, muito mais uma "adesão passiva" ao Plano Collor do que uma manifestação popular ativa de fé em seus resultados.

E significa de fato um retrocesso importante no patamar de disputa de saída da crise que o PT e a Frente Brasil Popular alcançaram com a quase vitória de Lula nas eleições presidenciais.

Uma vitória conservadora nesta eleições seria assim de caráter e explicação bastante diferentes daquela obtida pelo PMDB nas eleições de 1986, quando o partido de U lisses se beneficiou do impacto popular do Plano Cruzado.

Impasses e contradições

Esta avaliação ganha contornos ainda mais nítidos quando se examina a dinâmica do Plano Collor.

Os dados publicados pelo IBGE, referentes ao segundo trimestre deste ano, indicam uma queda no Produto Interno Bruto de menos 6,04% em relação ao primeiro trimestre, um resultado mais negativo do que o verificado na recessão de 1981 a 1983. Para o ano, ainda de acordo com as informações do IBGE, a produção de bens e serviços do país acumulou uma redução de menos 3,30%. Para os próximos seis meses, a avaliação do IBGE é de uma queda recorde de até 14% na indústria de transformação, superando a diminuição de menos 10% de 1981.

É, por outro lado, bastante precária ou até irrealista toda a grita feita em torno do controle da inflação. O governo está lançando mão de vários artifícios para "abafar" a inflação ainda na faixa de dois dígitos. A Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP (FIPE) indica já um retorno da tendência ascendente da inflação a partir da segunda quinzena de agosto.

É esta situação mais do que instável que explica o agressivo cerco ideológico às campanhas salariais que têm a sua data-base entre setembro e novembro. Em setembro, coincidem campanhas de categorias com forte tradição reivindicativa e estruturação nacional como os bancários, os petroleiros, funcionários públicos federais que estão exatamente na linha de maior pressão do arrocho salarial desencadeado a partir do Plano Collor.

O dilema da CUT

Seria ingenuidade, porém, acusar as classes dominantes de utilizarem todos os espaços que lhes estão abertos para tomar iniciativas, jogar com os limites da força do adversário, procurar fechar os flancos onde se apresentam mais vulneráveis.

O que é necessário é o inverso: constatar e fazer a crítica fraterna ao fato de que o movimento dos trabalhadores abstém-se de tomar grandes iniciativas nacionais, dispersa suas forças em uma infinidade de combates ante um adversário unificado, aceita a divisão entre a luta sindical e a sua participação nas eleições. Aquele contraste que assinalávamos no início - a combatividade da luta sindical conjugada a um "esfriamento" da disputa eleitoral - é reproduzida na prática do nosso próprio movimento.

É neste contexto que ganha importância a resolução aprovada na Plenária Nacional da CUT, a instância da central de maior importância após o Congresso. Ela reflete a intenção clara de organizar uma "Campanha Salarial Nacional Unificada" de todos os trabalhadores, na qual a realização de uma greve estaria colocada como possibilidade.

A possibilidade de uma manifestação ou greve nacional dos trabalhadores no próximo período está intimamente vinculada à energia das campanhas das categorias que atingem o auge agora em setembro. Mas exige um esforço concentrado, planejado de todas as forças que dirigem a CUT.

Lugar da esperança

A unificação nacional da luta dos trabalhadores terá várias consequências.



Em primeiro lugar, retirará a luta sindical do labirinto das greves isoladas e conduzidas até à exaustão, iniciando um diálogo com a consciência política de classe trabalhadora, desmascarando o caráter de classe do Plano Collor.

Imprimirá certamente um deslocamento de força na conjuntura eleitoral, criando campos mais nítidos de diferenciação, retirando bases sob influência dos candidatos conservadores.

Mais importante ainda, significará um reforço da auto-confiança dos trabalhadores, na sua capacidade de moverem o mundo à sua volta, de alterarem a cena política do país.

Poucas vezes na história do PT, encontramos-nos como hoje em uma situação política tão contraditória e tão difícil. O desalento, o cerco às expectativas de mudanças favorece e dá agressividade aos políticos conservadores.

Por algum período ainda, a esperança de criar as condições políticas para as grandes transformações que o país exige estará concentrada nas camadas de vanguarda dos trabalhadores. Reencontrar a comunicação com o veio das esperanças perdidas da consciência popular: este é o grande desafio concentrado neste curto período que terá um primeiro registro político nas eleições de 3 de outubro.

A ofensiva conservadora apoia-se mais no desalento das esperanças frustradas do que em algum apoio popular ao Plano Collor.

Plano de ação

"A CUT vai desenvolver imediatamente um plano de lutas envolvendo o conjunto dos trabalhadores para enfrentar de forma global e nacional o projeto Collor, com o objetivo de reverter os enormes prejuízos que o mesmo está impondo aos trabalhadores e assim:

- derrotar o plano de arrocho, desemprego, privatizações e política industrial do governo Collor;
- criar um novo patamar de ação sindical, que permita à CUT enfrentar um novo período da luta de classes no país, combinando a resistência à política neo-liberal com a construção de alternativas a este projeto que sejam hegemônicas no campo popular e que criem condições para uma disputa global com os setores conservadores, no plano da ação direta e da ação institucional;
- demarcar na disputa eleitoral em curso o campo dos interesses dos trabalhadores, suas bandeiras e suas lutas.

A recessão, desemprego, o brutal ataque aos salários e uma política salarial aviltante, a privatização e desnacionalização do patrimônio público, o desmantelamento do serviço público essencial para o atendimento das necessidades da população e o autoritarismo e a violência confirmam o caráter anti-popular, anti-nacional e anti-democrático do governo.

A dinâmica da conjuntura atual exige um salto de qualidade da ação da CUT para uma adequada defesa e implementação dos direitos dos trabalhadores.

É preciso transformar toda experiência de luta e organização que

acumulamos nos nossos sindicatos de categorias uma experiência de "Campanha Salarial" da classe trabalhadora, impulsionando a solidariedade de classe e uma cultura de ações unitárias e intersindicais. Somente com esta trajetória, estaremos de fato criando as bases para a efetivação de formas de lutas gerais, construindo a greve geral nacional.

É preciso intensificar experiência de lutas nacionais articuladas, afirmando a representação e direção classista da CUT. É preciso também avançar na propaganda do Contrato Coletivo Nacional e da greve geral para sua concretização, instrumentalizando os trabalhadores para garantir suas conquistas e consolidando a CUT.

Considerando isso, a Plenária Nacional da CUT aprova a realização de uma "Campanha Salarial Nacional Unificada" de todos os trabalhadores da base sindical da CUT e articulada com todos os setores populares e democráticos organizados da sociedade civil.

O desenvolvimento desta campanha prevê a articulação de uma greve geral nacional como instrumento para a conquista das reivindicações e protesto político contra o governo Collor.

Neste sentido, o objetivo central da campanha é viabilizar um enfrentamento global e nacional do arrocho salarial, recessão, desemprego, privatização, violência e autoritarismo imposto pelo governo Collor, através de uma pauta nacional de reivindicações, calendário de mobilizações, negociações e formas de lutas unificadas e centralizadas nacionalmente".

As diretrizes aprovadas na plenária nacional da Central Única dos Trabalhadores - Agosto 1990 -

A renovação do Sandinismo

Alvaro Alencar

A Frente Sandinista de Libertação Nacional está se preparando para o seu primeiro Congresso em quase três décadas de existência. Primeiramente convocado para julho de 1991 pela Direção Nacional, foi, por pressão das bases, adiantado para o período de 21 à 24 de fevereiro do mesmo ano. Sucessivas discussões, em plenárias de militantes, dos documentos básicos e a eleição direta e voto secreto para escolha dos delegados ao Congresso, dão o tom de uma nova etapa da relação entre a direção sandinista e suas bases.

Estarão em debate não só os resultados eleitorais desfavoráveis, mas uma completa avaliação da gestão sandinista à frente do Estado, os programas econômicos implementados e as transformações políticas e sociais por que passou o país nestes últimos anos.

Passar a limpo a revolução e assumir com humildade os erros e desvios cometidos e expostos pelos resultados eleitorais é a intenção do documento-base da primeira etapa de discussão congressual, formulado por uma assembléia nacional de militantes da Frente Sandinista.

Isto ocorre sob o fogo de uma conjuntura de enfrentamento com a direita encastelada no aparelho de estado, de duas greves gerais realizadas com enfrentamento armado, entre grevistas e a direita, com a volta das barricadas às ruas de Manágua. São seguidas as manobras contra as conquistas essenciais da revolução.

A direção da Frente enfrenta, ao mesmo tempo, o desafio de apoiar a ação das próprias bases nas barricadas e ocupações de terra e definir os acordos necessários para evitar o caos e a ascensão da extrema direita à cena política e até a intervenção estrangeira.

Neste contexto brota a discussão das causas da derrota eleitoral e do distanciamento, por ela revelada, entre a Frente e as massas. São colocados os fatores externos das dificuldades encontrada pela revolução, a partir de 1981, como a política de agressão militar e econômica dos Estados Unidos, a crise do Leste Europeu e o recuo das forças revolucionárias e populares na América Latina.

Porém, mais importantes que estas razões tão conhecidas, para o entendimento não só da derrota mas para a compreensão maior de todo o processo revolucionário, coloca-se também a auto-crítica da gestão estatal e do entendimento da função e do papel das organizações partidárias revolucionárias neste processo.

Autocrítica

Quatro são os pontos expostos no documento sobre os fatores internos referentes à gestão estatal:

a) a falta de sensibilidade política na implementação das reformas sociais, dos processos de estatização, desconhecendo fatores históricos da sociedade nicaraguense, desconhecendo a força da tradição;

b) o não reconhecimento da formação de um bloco de forças internas com possibilidades reais de desestabilização da gestão sandinista;

c) a reprodução de práticas dos países do Leste, que conduziram a um estilo de partido único para a direção política da sociedade, e uma excessiva ênfase no controle e na centralização da gestão pública;

d) as reformas tiveram em diversas vezes uma aplicação de forma coercitiva, autoritária e burocrática.

O importante reconhecimento destes erros abre uma perspectiva positiva para a Frente e para revolução. São encarados os equívocos referentes ao trato com o campesinato, como a ação indiscriminada

contra os proprietários rurais de qualquer grau, tratando-se grandes, médios e pequenos da mesma forma, na política de preços e na estatização de terras.

A luta contra a especulação expressou-se como uma hostilização geral aos comerciantes que, juntamente com o confronto com a hierarquia da Igreja Católica e os erros decorrentes do desconhecimento da realidade dos povos indígenas da Costa Atlântica, contribuiu para a formação de um bloco de forças contrário ao governo sandinista.

A estrutura da Frente Sandinista e do próprio Estado, foi-se conformando ao longo dos anos de luta e resistência à agressão imperialista, de modo verticalizado, com uma disciplina militar, fruto das características de uma organização clandestina, altamente centralizada, eficazes para o confronto armado mas inadequadas para as tarefas exigidas pela posse do poder. A isto se atribui o desgaste político da Frente.

São reconhecidos como erros do trabalho político sandinista o autoritarismo, a falta de sensibilidade diante das solicitações e inquietações da base partidária, o decorrente silenciamento da crítica, o estilo burocrático de direção e imposição de dirigentes e esquemas organizativos, a restrição dos espaços de desenvolvimento de políticas e ações dos organismos sindicais. Desenvolveu-se uma distância entre as instâncias partidárias e a população, a partir da condução de políticas sectárias, da não construção de canais com as parcelas não organizadas da população, e da excessiva profissionalização das estruturas partidárias.

Certos comportamentos individuais afetaram a autoridade política e moral da Frente. Muitos quadros sandinistas levavam um estilo de vida que contrastava com as difíceis condições de vida da maioria da população.

São já famosos os casos das "diplotiendas", lojas de suprimentos de acesso restrito a estrangeiros porém abertos a determinados escalões da burocracia estatal. Pessoas acusadas de corrupção foram mantidas em seus cargos, apenas transferidas de função ou, em certos casos, até promovidas. Ocorreram inúmeros casos de prepotência e abusos de autoridade de parte de militantes tanto de base quanto de direção da Frente.

Estes casos são apresentados como singularidades do processo revolucionário. Mas os comportamentos individuais são sinais de um início de desvios burocráticos inerentes à confusão e mistura das funções e instâncias de partido e de Estado.

Nova etapa

Existe um promissor processo de questionamento das práticas atuais de democracia interna. Há a proposta de reestruturação da Frente mediante um amplo processo democrático para que as bases possam vir a contribuir para a solução dos problemas orgânicos, tomando parte ativa nas discussões, na eleição das instâncias partidárias e tomadas de decisão.

O documento-base avança nas questões das tarefas de enfrentamento ao governo de Violeta Chamorro. A defesa das conquistas revolucionárias, o aprofundamento dos direitos democráticos, a retomada do prestígio perante a população, são tarefas colocadas na reconquista da hegemonia pela FSLN.

Dada a hoje explosiva situação nicaraguense, descrita no artigo de Cecilia Garmendia, é fundamental o esforço da direção sandinista na preparação do Congresso. Ele marcará certamente uma nova etapa no processo revolucionário nicaraguense.

"Que a FSLN, como o Partido da Revolução, é o maior, mais sólido e melhor organizado do país, tem hoje em suas mãos a responsabilidade de vigiar a continuidade do processo revolucionário e de todas as vitórias e transformações, tanto na esfera política como na social e econômica. A troca de governo não significará, de nenhuma maneira, o fim da Revolução."

Trecho do comunicado pós eleitoral da Direção Nacional da FSLN.

"Que nos marcos estabelecidos pela Constituição, a FSLN defenderá a integridade e o profissionalismo do Exército Popular Sandinista e do Ministério do Interior, e defenderá a irreversibilidade das conquistas fundamentais da Revolução,(...)"

Trecho do comunicado pós eleitoral da Direção Nacional da FSLN.

Uma vitória exemplar

Cecilia Garmendia

A greve geral que paralisou completamente a Nicarágua terminou na quinta-feira, 12 de julho, com a assinatura de um acordo entre a Frente Nacional dos Trabalhadores (FNT) e o governo da União Nacional Opositora (UNO). Esta semana de barricadas e violentos enfrentamentos foi a mobilização de massas mais importante desde o triunfo da revolução sandinista.

Com a convocação do conjunto de organizações sindicais próximas à Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), agrupadas na FNT, os movimentos escalonados que começaram no dia 26 de junho desembocaram em uma greve geral a partir de 4 de julho. O governo da UNO rompeu as negociações com os sindicatos em torno aos aumentos salariais e anunciou sua intenção de iniciar uma primeira onda de demissões de doze mil trabalhadores.

Entre as demandas, os grevistas exigiam aumentos salariais e um salário mínimo de duzentos dólares, a manutenção da Lei de Serviço Civil (que proíbe as demissões na administração pública), a reclassificação dos funcionários, o transporte gratuito, a recontração dos funcionários demitidos (dois mil até este dia), a reativação industrial do setor nacionalizado - ameaçado de estrangulamento econômico - e a revisão dos planos governamentais de austeridade.

Batalha de Manágua

Cento e cinquenta mil trabalhadores (funcionários, assalariados de empresas nacionalizadas e privadas, trabalhadores agrícolas e camponeses das cooperativas de produção) colocaram-se em greve em Manágua e em diferentes cidades do país, como León e Esteli. A partir de 6 de julho, o movimento se ampliou para os bairros populares de Manágua, tomando a forma de um verdadeiro levante. As pessoas levantaram barricadas nas ruas da cidade.

Os "simpatizantes" da UNO, acompanhados de "contras" armados, responderam brutalmente, disparando sobre as barricadas (até este dia, contabilizavam-se nove mortos e cem feridos), que frequentemente foram protegidas por grevistas armados. Manágua foi o teatro de verdadeiras batalhas de rua.

Violeta Chamorro fez um apelo ao Exército. O Exército Popular Sandinista, embora tenha reduzido seus efetivos, não foi desmantelado e o comandante sandinista Humberto Ortega mantém-se à cabeça do Estado-Maior. Aparentemente, este e a polícia sandinista limitaram-se a se interpor entre os simpatizantes da UNO e os grevistas ou a retirar as barricadas nos horários de circulação.

Após ter endurecido com ameaças de demissões de grevistas, negativa a toda negociação e rumores de apelo à "ajuda" dos Estados Unidos, Violeta Chamorro foi obrigada a recuar, consciente da mudança na correlação de forças a partir da extensão do movimento. A fragilidade e as divergências táticas presentes do seio da UNO apareceram à plena luz. O vice-presidente Virgilio Godoy, ligado aos setores mais virulentos da UNO, fez um chamado à formação de um governo de "salvação nacional" que reagrupasse alguns deputados da coalizão no poder e a "dirigentes de massas" da UNO. Exigiu também a formação de brigadas para por fim à incapacidade das forças da ordem. Imediatamente, a presidente o contradisse.

Os sindicatos, assim como a FSLN, declararam todo o tempo que o objetivo da greve era conquistar as reivindicações dos assalariados, mas também fazer o governo recuar de uma série de medidas tomadas ou anunciadas.

Conquista de posição

O acordo firmado no dia 12 de julho constitui uma importante concessão por parte do governo. Abarca medidas concretas mas, sobretudo, uma série de compromissos. O secretário geral da FNT, Lucio Jiménez, assinalou que só a luta imporia a realização e a continuidade das negociações. Entre outras demandas, o governo aceitou o princípio da fixação de um salário mínimo, a diminuição no ritmo das desvalorizações, o respeito aos contratos coletivos, a garantia no emprego (mas não a recontração dos trabalhadores demitidos), o transporte gratuito para estudantes e operários e o respeito à liberdade sindical. Mas sobretudo, comprometeu-se a reconsiderar o decreto emitido em maio passado que ameaça o setor estatal e bloqueia toda tentativa de desmembramento das propriedades agrícolas nacionalizadas.

Esta explosão pôs em evidência as contradições de classe que dominam a situação atual na Nicarágua. O movimento de massas colocou-se na primeira linha e começa a reconquistar posições que haviam sido fortemente golpeadas pela derrota eleitoral de 25 de fevereiro. A amplitude da resposta popular colocou também em evidência o peso da Frente Sandinista.

SANDINO
VIVE



Manágua: manifestação de funcionários diante da presidência



A carga de baionetas interrompeu as negociações e gerou a dura resistência dos sem-terra.

A democracia atropelada

Márcia Camargo

As seis horas da manhã do dia 8 de agosto, oito ônibus chegaram à Praça da Matriz. Cerca de 400 colonos desceram e rapidamente armaram as suas barracas. Às 8h30 os colonos, já acomodados em torno das barracas, tomaram chimarrão. Esperavam uma audiência com o governador para cobrar a promessa de assentamento definitivo feita pelos governos estadual e federal. Após sessenta dias da promessa, os mil hectares prometidos não vieram.

Eram 9 horas e a Brigada Militar começou a cercar a Praça da Matriz. Os colonos postaram-se em frente ao Palácio do governo. Lá dentro, os Secretários de Agricultura e Segurança, os representantes dos colonos - Tarso Genro, deputado federal e candidato da Frente Popular ao governo - e outros deputados, entre eles Ernani Muller, do PMDB, negociavam uma alternativa que garantisse aos colonos serem ouvidos.

Às 11h30 o cenário na Praça da Matriz já era outro. Ambulâncias e microônibus da Brigada Militar, cães, cavalariáns, soldados, com suas baionetas, cercaram a Praça. O Cel. Jair Portella, que comandava a operação, declarou à imprensa que iria retirar os colonos "de qualquer jeito".

No Palácio, a proposta era a saída dos colonos para um Parque próximo, a Estância da Harmonia, enquanto prosseguiriam as negociações. Os colonos responderam que não sairiam. Batiam pás, enxadas e foices sobre a calçada. A 324 km dali, outros 300 colonos ocupavam a reserva de Rondinha. Os colonos afirmavam sua decisão de não desistir.

Bombas e foices

Enquanto o governo prosseguia "negociando", na Praça a tropa passou a movimentar-se. Às 11h30, Jair Portella ordenou à tropa que avançasse sobre o acampamento. O interior da Praça começou a agitar-se. A tropa de choque avançou sobre as barracas. Colonos correram, fugindo. Alguns resistiam, defendendo-se com pedras e foices. Uma, duas, três bombas. Cresciam os gritos. Barulho e correria. A fumaça das bombas cobriu a Praça. As ambulâncias começaram a retirar os feridos. Colonos foram arrastados. Alguns socorridos, outros presos.

Em meio à correria, um grupo de colonos rompeu o cerco e fugiu pelas Ruas Jerônimo Coelho e Borges de Medeiros, em direção à Esquina Democrática. Perseguidos por cavalariáns, desceram a rua em debandada. Aconteciam os enfrentamentos, colonos espancados, cavalariáns derrubados.

Um grupo numeroso de colonos, mais de cem, chegou à esquina da Rua da Praia com Borges de Medeiros. De uma viatura, desceu um soldado, cassetete e revólver na mão. Neste momento três tiros foram disparados pelo soldado Valdeci Abreu, que foi rendido e morto. A colona Elenir Nunes recebeu dois balaços e foi carregada. Outro colono foi atingido na perna. Dali, fugiram para a Prefeitura, duas quadras abaixo.

Às 12h a Praça da Matriz estava vazia. Ali, onde os jornalistas plantaram as suas barracas em 1984 para protestar pelo fechamento do tradicional "Correio do Povo", onde já acamparam também profes-

sores, bancários e tantos outros trabalhadores. Naquela Praça, local tradicional de manifestação democrática, a democracia foi atropelada.

Cerco à Prefeitura

O cerco da BM transferiu-se, então, para a Prefeitura. Os policiais militares estavam enfurecidos. Também o Pronto Socorro Municipal estava cercado. A cidade inteira vivia um clima de medo.

O governo estadual do PMDB revezava porta-vozes que anunciavam o fim do cerco policial à Prefeitura. Eram doze horas e o tenente que comandava a tropa naquele momento desafiou claramente o governador: deu um prazo de 15 minutos para que fosse entregue o "colono que matou o soldado", ameaçando: "ou invado esta merda", afirmou. Às 15 h chegaram à Prefeitura os secretários estaduais da Segurança e da Justiça e o chefe da Casa Civil. Juntaram-se ao Diretor do Departamento de Polícia, na tentativa de negociar com a BM. O descontrole era claro: o major Nivaldo Fraga, da BM, respondia às ordens de levantar o cerco com um novo desafio: "não saímos daqui nem que o Collor mande".

Em torno da Prefeitura já misturavam-se policiais e manifestantes. Militantes do movimento popular e sindical, petistas, populares, militantes de outros partidos. A vigília em defesa da Prefeitura reuniu mais de quinhentas pessoas permanentemente até as 22 h. Só aí conseguiu-se um acordo para levar os colonos em segurança para o Centro Estadual de Treinamento Esportivo. Lá eles seriam identificados e passariam por um "reconhecimento" frente às testemunhas. Isso durou a noite toda. Pela manhã, onze colonos foram apontados como suspeitos. Os demais levados de volta à Capela de Santana, um dos acampamentos dos Sem Terra a 40 km de Porto Alegre.

Montagem da hipocrisia

Trinta e oito colonos foram feridos no conflito da Praça da Matriz. Pelo menos cinco foram baleados. A maioria deles sofreu cortes pelas baionetas, contusões, mordidas de cães. Elenir Nunes, com dois balaços no abdômen, dez dias após o conflito continua internada no HPS. Assim como outros três colonos. Um deles perdeu a mão pela explosão de uma bomba na tentativa de jogá-la de volta à polícia. O soldado Valdeci de Abreu morreu e outros vinte e cinco foram atendidos no HPS.

Um conflito destas proporções não se explica, como querem fazer crer os jornais, tevês e rádios, por uma pedra que teria sido atirada pelos colonos contra os PMs. Já vimos em nosso relato, remontado através do depoimento dos jornalistas presentes à ação, que a BM respondeu à ordem de comando de Jair Portella, atropelando as negociações que se desenrolavam entre os colonos e o governo.

No entanto, a versão montada pelos meios de comunicação é a da pueril "pedrada". Ainda mais: foi clara a contradição entre o governo e comando da Brigada Militar no desencadear da ação, no cerco à Prefeitura, enfim, durante todo o dia 8.

Vamos dar importância menor ao tom emocional de que foi cercada a morte do PM Valdeci. Mas é preciso dizer que os fatos em torno à morte, os disparos que fez, o confronto, não podem ser omitidos. A versão veiculada é a de que Valdeci, indefeso, foi morto a sangue frio por uma turba enlouquecida. Armado, não disparou para não ferir ninguém. Deixou-se matar.

A reconstituição dos fatos que deixaram um rastro de sangue na Praça da Matriz de Porto Alegre e feriram a consciência popular.

Junto com isso, jornalistas de aluguel passam a fazer o papel da polícia. Descobrem o assassino e baseados em relatos desencontrados, passam a acusar Otávio Amaral, apontado por testemunhas como "suspeito", de assassino. Encontram inclusive "antecedentes criminais". Tudo falso, tudo montado, tudo desmentido.

Políticos de direita, como Nelson Marchezan, candidato de Collor ao governo, pedessistas e pefelistas, acusam o PT e a CUT. Mas faltam originalidade. Outros, mais cuidadosos, buscam "aqueles que apoiam os Sem Terra". É fácil. O PT, a CUT, os Movimentos Eclesiais de Base sempre apoiaram os Sem Terra. Sempre lutaram pela reforma agrária. Agora são acusados de "buscar dividendos eleitorais". O mais cínico é que todos estes políticos, assim como os jornalistas de aluguel dizem-se favoráveis à reforma agrária. Condenam, isso sim, "a luta de classes em que a miséria dos colonos foi transformada".

As razões da terra

O que nós vivemos em Porto Alegre no dia 8 foi uma explosão da luta de classes, marcada por um grave problema social que assume proporções explosivas: a luta pela terra. Um governo fraco porque não pode responder aos problemas colocados - nem faz a reforma agrária nem pode aplacar a luta dos sem terra. A explosão repressiva da força policial, que sobrepõe-se ao Estado como instituição, rompe a hierarquia, descontrola-se e passa a governar de fato.

A democracia atropelada foi defendida na praça, na rua, pelos manifestantes que cercaram a Prefeitura no dia 8 e que voltaram a reunir-se no dia 10 um ato político em defesa da democracia e pela reforma agrária.

O significado político deste enfrentamento que durante três dias inteiros envolveu a cidade toda - na proteção aos colonos pelos militantes do movimento sindical e popular, em defesa da Prefeitura, impedindo a invasão pela Brigada - aponta para uma agudização do confronto.

A legítima reivindicação da reforma agrária, a decisão digna dos colonos de não recuar, terão resultados e deixam importantes perguntas: o desenvolvimento da luta pela terra definitivamente assumirá caráter massivo e de confronto? Sairá do campo e buscará, através de ações políticas como essa, o espaço da cidade, cara a cara com o governo e tendo a opinião pública como testemunha? É essa uma nova estratégia do Movimento Sem Terra?

Promessa e plano vazio

Buscamos a resposta a estas perguntas em uma longa conversa com Antoninho Mattes, da direção nacional do MST e com Gilberto Portes e Joacir Picolotto, da executiva estadual do RS.

Os colonos que chegaram à Praça exigem a compra dos mil hectares de terra prometidos em audiência, há 60 dias, em Brasília (500 pelo governo federal, 500 a cargo do Estado). Af serão assentadas parte dos 1.400 famílias que vivem precariamente em acampamentos na região de Cruz Alta, no planalto. Querem também a liberação definitiva da Fazenda Capela, em Capela de Santana, cujo proprietário beneficiou-se com um financiamento de 700 mil dólares do Banco do Brasil para uma Usina de álcool, financiamento este que não aplicou, resultando na sua falência. As terras e benfeitorias estavam abandonadas e foram ocupadas pelos colonos. Além disso, querem uma solução para as 250 famílias da Fazenda Anoni, acampadas há cinco anos.

Joacir Picolotto começa por lembrar que o governo do Estado está obrigado pela Constituição a assentar definitivamente as famílias da Anoni e Rincão do Ivaí, no prazo de três meses após a sua promulgação. Mas esta é mais uma lei que não sai do papel.

De acordo com o levantamento feito em 1984, no RS há 140 famílias sem terra. Estão assentadas hoje três mil. No Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), anunciado ainda por Sarney, o governo comprometia-se a assentar 35.100 famílias no RS e um milhão e 400 mil em todo o Brasil. Em 1989, o PNRA tinha sido cumprido em apenas 3,1% desta meta em relação ao número de famílias e 11,7% em relação à área. Há 12 milhões de Sem Terra e 80% das terras agricultáveis estão nas mãos de 20% dos proprietários.

Ocupar e resistir

Antoninho Mattes explica que o Movimento dos Sem Terra (MTS) percorreu um longo caminho até o estágio atual. "Primeiro subíamos na terra, vinha a ordem de despejo e a gente saía para acampar do lado, na beira da estrada. Depois veio a "fase institucional". Foram feitas leis e colocaram metas. Isso não saiu do papel e ficou de lado com a decisão da Constituição de 88 de não incluir terras produtivas na reforma agrária. Hoje, cada vez menos o governo faz reforma agrária. Não desapropria. Compra um pedaço, aqui ou ali. Acaba aumentando



a especulação e não tem recurso para comprar. Dez anos assim, resolvemos tomar a frente e enfrentar a luta. Desde o Congresso de maio que articulamos a estratégia de combinar a ocupação com resistência e produção."

Em maio, em Brasília, foi realizado o 2º Congresso do Movimento Sem terra. Participaram 5 mil delegados, de todos os Estados. O MST está organizado em 19 Estados.

O MST avalia que o Congresso foi válido como uma demonstração de força frente ao novo governo. A aprovação das Teses, segundo Mattes, "é o resultado de uma discussão que vem de longe e apenas culmina no Congresso". Ele avalia que num ato com cinco mil pessoas a discussão possível é muito relativa. "Tanto o lema ocupar, resistir e produzir, como a decisão de organizar ocupações massivas em todos os estados já estavam incorporados na discussão do MST desde o ano passado", afirma.

As principais decisões do último período do MST estão mais no campo político organizativo. Estas decisões foram provocadas pela experiência árdua dos enfrentamentos políticos na luta pela terra.

Repressão estatal

O primeiro elemento que o MST vem destacando em suas análises do último período da luta pela terra no Brasil é a evolução da participação das Polícias Militares, na repressão aos sem terra.

Gilberto Portes analisa que "é uma repressão mais política e mais articulada com o Estado. Antes enfrentávamos os jagunços da UDR, diretamente, em emboscadas ou ataques aos grupos posseiros, acampados. Nesse período a ação dos pistoleiros fazia muitas mortes - 596 de 85 a 88. Em média mais de cem mortes por ano. Em 1989 tivemos 65 mortes.

Em compensação, o número de feridos, de presos e ameaçados de morte triplicou. A isto chamamos "falsa pacificação" do campo. Esta participação da repressão oficial também é uma resposta do Estado à

Lideranças dos sem-terra falam das opções políticas e organizativas do movimento nesta dura fase da luta contra a anti-reforma agrária de Collor.

desmoralização da UDR e suas ações violentas. Desgastados, passam a recorrer ao Estado que vem socorrê-los na "defesa da propriedade".

Está ainda por ser analisada a repercussão destes conflitos com as PMs. No RS, a agudização do confronto já foi demonstrada. Em 1989, na Fazenda Santa Elmira, 400 colonos foram feridos pela ação brutal da PM. Em junho deste ano, um grupo de colonos acampados no Rincão do Ivaí foi abordado por PMs quando voltava de um excursão à cidade de Cruz Alta. Traziam alimentos doados pela população aos acampados. Foram obrigados a deitar-se no chão, pisoteados e o colono Ivo Lima, rendido e de costas, foi baleado na nuca. Ficou parafítico. Os PMs eram acompanhados de conhecidos fazendeiros da UDR.

Antoninho Mattes avalia que "ações de legítima defesa como foi o caso da morte do soldado Valdeci, que já havia disparado três tiros e ferido dois colonos quando foi morto, ou do fazendeiro que, em Palma Sola, Santa Catarina, entrou no acampamento atirando e acabou abatido por um colono, são respostas esperadas".

"Ao crescimento da repressão vamos responder com a massificação das ocupações. Esta é a nossa arma: resistir, enfrentando as condições duras do acampamentos, a fome e a doença, manter-se na terra e produzir", afirma Mattes.

Movimento Orgânico

Outro elemento novo, talvez o mais importante, na história do MST, é a construção de núcleos. "Concluímos que precisamos ter uma estrutura muito bem organizada e formada para dar corpo ao nosso movimento", diz Mattes. "Já debatemos muito o problema da organização, da forma de luta, do desafio que é fazer valer o direito da posse depois das ocupações e entendemos que a estrutura que tivemos até aqui não chega para a luta que temos. No Congresso, aprovamos, junto com a massificação das ocupações, a decisão de organizar uma estrutura de núcleos. Isso vai funcionar como local de debate, formação de decisão, nos acampamentos e assentamentos. É uma estrutura voluntária, de 5 a 9 integrantes, participa quem quer. Mas é de compromisso, que esta tem tarefas, estudos e decisão."

A estrutura atual do MST combina as assembleias dos acampados com direções eleitas nos encontros estaduais e nacional, anualmente. A direção nacional possui 15 membros, foi eleita no encontro nacional.

De três em três meses reúnem-se 36 representantes, dois de cada Estado onde o MST está organizado, mais os 15 membros da direção. Nos Estados há Executivas e Coordenações nos acampamentos e

assentamentos. O MST avalia que esta estrutura necessita de "recheio", pois torna muito difusa a relação com a base dos sem terra. Com os núcleos, o MST passa a ser uma organização com uma direção classista e combativa, fortemente articulada com a sua base.

Se a direção do MST, por seu caráter radical na luta pela reforma agrária, por sua composição e laços com o movimento social, era completamente distinta em termos político-programáticos das experiências anteriores de organização das massas rurais no Brasil (Master, no Rio Grande do Sul; Ligas Camponesas, no Nordeste), com esta estrutura orgânica pode vir a romper também com o problema da ausência de uma participação mais ativa da massa camponesa, abrindo as portas para enfrentar outros problemas, como a politização e o relacionamento democrático com as diferentes visões sobre a questão agrária no Brasil.

Pauta unificada

Outro elemento importante é a decisão de organizar núcleos de apoio à luta pela reforma agrária na cidade. Nas palavras de Mattes "pra vencer esta luta é preciso que o povo da cidade se sinta parte dela". Um dos elementos mais vitais para o desenrolar da ação em Porto Alegre, dia 8, foi a participação dos sindicatos e do PT em solidariedade. Sem isso, teria havido um massacre aos colonos refugiados na Prefeitura.

Esta opinião é unânime e dela compartilham os sem terra. Estreitaram-se laços. Reuniões e debates sistemáticos foram reclamados pelos sindicalistas e tiveram continuidade depois do dia 8. No entanto, o problema não é simples. Envolve a discussão da participação no PT e na CUT.

"Uma das decisões do Congresso dos Sem Terra, é articular estreitamente a luta pela reforma agrária com as reivindicações de outros setores como os assalariados rurais. A modernização e a entrada das grandes empresas no campo apressa a concentração da terra e aumenta o número de assalariados no campo. Eles são também interessados na reforma agrária. Por isso, estamos também sindicalizando gente nos assentamentos e participando da CUT".

Joacir lembra as jornadas de julho, organizadas pelo recém criado Departamento Rural da CUT, como uma primeira experiência neste sentido. "Embora não tenhamos obtido toda a mobilização que pretendíamos, conseguimos construir uma pauta unificada para meeiros, arrendatários, pequenos proprietários e sem terra. É um esforço que vai continuar", afirma.

*"Prá vencer a luta é preciso que o povo da cidade se sinta parte dela".
"É um esforço que vai continuar".*

Ocupar em massa

O Movimento Sem Terra (MST) decidiu no 2º Congresso, em maio, intensificar as mobilizações no campo: "Já esperamos muito, desde as promessas do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), na "Nova República". Sabemos que o único meio de conquistar terra é ocu-

pando. O governo Collor tem um Ministro da Agricultura vinculado aos interesses dos latifundiários, apoiador da UDR. A intervenção das PMs nos despejos dos acampamentos e na repressão cresceu depois da posse de Collor. Nossa resposta é a ocupação massiva". A partir daí, multiplicam-se as ocupações.

Reproduzimos aqui os principais fatos ocorridos a partir do último Congresso do MST:

21 de maio - Em Imperatriz, no Maranhão, duas mil famílias de trabalhadores rurais sem terra ocuparam a Fazenda Uberaba, de 1480 hectares.

Foi a maior ocupação realizada no Nordeste e a primeira no governo Collor.

Em Floresta, Pernambuco, mais de 70 famílias ocuparam a Fazenda Serra Negra, com 2100 hectares. Esta área está envolvida no escândalo da mandioca e na produção de drogas, devendo ser destinada à reforma agrária, de acordo com Art. 243 da Constituição.

26 de maio - Em Madelena, Ceará, 400 famílias ocuparam a fazenda Jacurutu, de 9 mil hectares. A área é supostamente de propriedade do secretário estadual de recursos hídricos, que exige 50% da produção de oito famílias que ocupam a terra.

31 de maio - Mais de 200 famílias ocuparam a fazenda Capela, 2 mil hectares. Nesta ocupação participaram os

acampados de Canguçu, com 51 famílias, Tapes, com 50 e Capela com 103. A área é de José Felix Garcia, que beneficiou-se com um financiamento de 700 mil dólares do Banco do Brasil para uma Usina de Alcool, recursos estes que não aplicou na propriedade o que acarretou na sua falência. Os sem terra renderam pistoleiros da UDR que estavam armados e tocados na fazenda.

1º de junho - Em Garuva, Santa Catarina, mais de 60 famílias ocuparam a fazenda Carrapatinho, de 2271 hectares. A fazenda foi desapropriada para fins de reforma agrária e não houve nenhum assentamento desde setembro de 89.

5 de junho - Em Goiás Velho, mais de 45 famílias foram despejadas de 625 hectares da fazenda Europa, de propriedade de Leonina Caiado. O despejo, feito pela PM, foi violento e teve participação de José Caiado, tio de Ronaldo Caiado. Em dez meses, as famílias que ocuparam a fazenda Europa transformaram a área em uma das mais produtivas da região. Agora estão acampados na área do antigo aeroporto de Goiás.

10 de junho - Em Camaça, na Bahia, 350 famílias ocuparam a fazenda conhecida como Baixão, 2500 hectares. A área pertence à multinacional Thirene. Outras 100 famílias ocuparam a fazenda Mariana, em Camumu.

11 de junho - Em Telêmaco Borba, Paraná, 80 famílias reocuparam a fazenda Guanabara. Por três vezes a área foi ocupada e os colonos despejados posteriormente. Na terceira, colheram a lavoura por eles plantadas e acabaram atacados por jagunços da UDR que atearam fogo aos barracos, destruindo tudo.

20 de junho - Em Imperatriz, 400 famílias sem terra ocuparam a Fazenda Cupuzal, 3.200 hectares. É a segunda ocupação massiva em um mês no Maranhão.

8 de agosto - Em Rondonia, região Planalto do RS, 40 famílias ocupam reserva do governo estadual. Simultaneamente acampam na Praça da Matriz em Porto Alegre, de onde são retirados com grande violência. O governador Guazelli, do PMDB, assina ordem de despejo para dez dias.





Experiência avançada de controle operário

Isaac Akcelrud

A greve dos peões de Volta Redonda, em julho/agosto, destaca-se das lutas anteriores na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) não apenas por ter sido a mais longa e encarniçada de todas, mas principalmente pela contribuição ao avanço organizativo e político do movimento operário brasileiro.

Duas características principais definem o panorama do confronto: foi a tensão máxima exigível de uma concentração operária abandonada a seus próprios meios durante a maior parte de paralização - o que revelou as reservas enormes de energia e capacidade de luta e um inquebrantável espírito combativo da classe da classe operária. Ao mesmo tempo, realizou a mais avançada experiência de controle operário numa empresa-chave do sistema produtivo do país o que alargou o horizonte programático, vale dizer, a ampla perspectiva política da luta de classes no país.

Estes traços marcantes se desenvolveram nas condições mais difíceis. Basta assinalar que, apesar da simultaneidade com numerosos e importantes confrontos em diversos pontos do país, alguns em setores vitais da economia, como energia e transportes, a greve dos metalúrgicos da CSN, permaneceu isolada ao longo de 27 dos seus 31 dias de duração.

Dívida principal

Os trabalhadores são os principais credores da CSN que reconhece dever-lhes US\$ 130 milhões (cento e trinta milhões de dólares), algo que corresponde a aproximadamente seis salários de cada metalúrgico. É uma situação-limite. Ao declarar que não pode pagar ou oferecendo alternativas inaceitáveis, o governo procura deliberadamente chegar a uma situação de impasse e desafiar os trabalhadores para uma luta desigual.

A greve tornou-se uma exigência que não podia mais ser adiada. Mas, ao mesmo tempo impunha uma inserção na luta em um quadro mais amplo. O governo errou ao apostar na solidão de Volta Redonda.

A combinação da luta salarial com a luta contra a privatização, revelou a dezenas de milhares de grevistas em tensão máxima, a razão real e profunda da política governamental.

- "O governo Collor escolheu Volta Redonda como laboratório de testes, na tentativa de quebrar a espinha dorsal do movimento sindical, para criar condições de privatizar desbragadamente e dar uma demonstração de força à nação" - denunciou o presidente do sindicato Vagner Barcelos.

Foi assim que uma luta econômica elementar (pelo simples recebimento dos atrasados) pôde funcionar como âncora de uma luta política superior: o poder de determinar o destino de um patrimônio nacional.

Aí já estava implícito o controle operário que foi assegurado pela adesão total à greve e a impecável disciplina dos trabalhadores.

Toda a vida da empresa foi determinada por uma comissão de grevistas acatada inclusive pela diretoria da empresa contra seus próprios planos. A tática de Collor acelerou esse processo.

Justiça subserviente

Uma terceira característica nacional desta greve está no papel subserviente da Justiça do Trabalho, subserviência esta agravada sob o governo Collor. Contrariando seus próprios vereditos anteriores e aplicando o novo arrocho salarial, antes mesmo de sua aprovação pelo Congresso, o TST desrespeitou direitos adquiridos dos trabalhadores e transformou em lei o arbítrio patronal em medida nunca antes atingida no país. Não houve acordo, mas uma imposição, num veredito combinado item por item com a diretoria da CSN.

O conceito de greve "abusiva" inicia um processo truculento de abolição do direito de greve, bem como a sua prática.

A greve de Volta Redonda terminou com um nível de organização superior ao que existia no início. Rompeu o isolamento e deslanchou para um amplo e vigoroso movimento de solidariedade. Alcançou repercussão mobilizadora da unificação das lutas. Elevou o nível de politização e incorporou o controle operário ao programa e aos objetivos do movimento operário.

Apesar dos miseráveis 17% de reajuste obtidos ao final, tais resultados espelham uma conquista fecunda.

Controle pleno da usina, unidade profunda da massa operária, inserção ativa da greve na cidade e um programa para o saneamento da CSN: uma luta que fecha um ciclo, lançando sementes e desafios.

A estratégia da falência



Vagner Barcellos fala à assembléia dos grevistas

Quando deixou a diretoria do grupo Monteiro Aranha para assumir a presidência da CSN, em 19 de abril, o engenheiro Roberto Procópio de Lima Neto recebeu do ministro da Infra-Estrutura, Ozires Silva, uma promessa e uma incumbência: o governo federal lhe daria US\$ 600 milhões, para sanear a estatal, então em estado pré-falimentar, para ser privatizada no prazo de um ano". A informação é assinada pelo jornalista Daniel Stycer em matéria sob o título "Um neo-liberal em guerra com a CUT". O repórter disse mais: Procópio foi indicado pelo próprio presidente da Monteiro Aranha, o empresário Olavo Monteiro de Carvalho, primo da ex-mulher de Fernando Collor.

E' a descrição do primeiro ato de intervenção privatizante do grande capital na CSN, nomeando os candidatos a coveiro da empresa. E' a certidão de nascimento da mais fraca e mais carente de autoridade de todas as diretorias que já passaram pela Usina Presidente Vargas. A greve revelou, entre outras, pelo menos cinco debilidades principais de uma direção cujo objetivo é perder e fracassar para desfazer-se da empresa.

Tática do impasse

O primeiro ponto fraco dos homens de Collor na direção da CSN revelou-se na vazia alegação policialista de que a greve obedecia a um plano secreto da CUT.

A verdade é que a greve começou a fermentar em outubro, senão em maio do ano passado. Uma longa campanha, sem greve, conquistou um reajuste salarial de 52%. Os pagamentos começaram em novembro, deixando para trás as parcelas referentes aos salários de maio a outubro, pois a data-base, em Volta Redonda, é 1º de Maio. Além disso, o TST reconheceu o direito dos metalúrgicos à reposição de 26% referentes às perdas com Plano Bresser. A empresa não incorporou o percentual aos salários, não pagou a todos e nunca disse quando pagará.

O primeiro antecedente da greve, portanto, combina a violação de um acordo salarial com o desrespeito a uma decisão da justiça. Apesar disto, o Sindicato decidiu unilateralmente uma trégua, para ajudar a empresa a sair das dificuldades financeiras. A campanha salarial-90 foi adiada de 1º de Maio para 30 de junho. A empresa produziu, exportou, faturou, realizou lucros. Mas os salários continuaram os mesmos de abril.

A nova direção ignorou sistematicamente todos os pedidos de negociação. Queria transformar a trégua em rendição dos trabalhadores. Agora, alega que não negocia com a usina parada, mas recusou qualquer entendimento quando ela estava funcionando. Assim, acabou a trégua. O que o governo quer é o impasse, julgando que assim será mais fácil destroçar a resistência dos trabalhadores. Um erro de cálculo.

Administração policial

O segundo ponto fraco dos agentes de Collor na CSN está na acusação da greve como instrumento eleitoral dos candidatos operários. "Quantos sindicalistas são candidatos?", perguntou maliciosamente Procópio que declarou possuir gravações das assembléias em que oradores criticaram o governo. Pretendiam ser ameaças e intimidação, mas resultaram em confissão de policialismo. Resposta contundente dos candidatos operários, como Vanderlei Barcelos, candidato à Câmara Federal: "Faça uma contraproposta aceitável para a assembléia dos metalúrgicos que nós retiraremos as candidaturas".

Lima Neto não voltou ao tema. Mas ficou a confirmação da irritação dos capitalistas com as candidaturas operárias. Por que um peão de Volta Redonda não pode ser candidato? Operário está proibido de fazer política? Política é privilégio da burguesia?

Intransigência

O terceiro ponto débil do candidato a coveiro da CSN foi sua intransigência. O presidente Vagner Barcelos fulminou essa empáfia: "A direção da empresa e o governo devem deixar de frescura. O fato de não negociar não inaugura nada de novo. Isso é velho. A intransigência é coisa da antiguidade, dos senhores de fazenda". O dirigente operário mostrou que a grande burguesia brasileira tem a mentalidade do latifundiário escravocrata. E lembrou na ocasião que, dez minutos antes da assembléia que decretou a greve, o Sindicato ainda tentava negociar. Procópio foi veemente na recusa.

A criatividade da liderança operária furou inúmeras vezes esta intransigência. Foi até nomeado um interlocutor para negociações extra-oficiais, o diretor do sindicato Luis Albano. Numerosos canais de contato com a direção da empresa foram tentados, incluindo a própria Justiça do Trabalho, parlamentares e chegando a reuniões informais com a diretoria no Rio e em Brasília.

Programa para a falência

O quarto ponto fraco da direção privatizante da CSN é sua postura fúnebre de administração de massa falida, em contraste com o Sindicato operário que propõe um esquema lógico e viável de saneamento e recuperação da empresa.

Mesmo quando, na audiência de conciliação, o Sindicato reduziu a reivindicação a apenas 80%, a recusa foi justificada pelo ministro Marcelo Pimentel: "uma empresa falida, insolvente, com prejuízo de US\$ 5 milhões por dia" não poderia conceder reajustes salariais nesse nível.

A conhecida proposta de pagar os atrasados em cinquenta meses, às migalhas por anos a fio e sem garantia alguma, incluía a interrupção da greve sem consulta à assembléia, mais a reposição das horas não trabalhadas. As alegações catastróficas do governo visam decapitar o movimento e isolar a direção sindical, opondo-a à assembléia da classe.

Guerra à CUT

O quinto ponto vulnerável da tática abusiva de Collor em Volta Redonda - onde se condensa o caráter de classe do governo e sua política - foi a prática do não reconhecimento do Sindicato e a declaração de guerra à CUT. Num primeiro momento, Procópio chegou a indicar a federação do pelego-mor Luiz Antonio Medeiros, como representante dos metalúrgicos de Volta Redonda. E' praticamente impossível distinguir onde está a maior dose de cinismo: se com Medeiros, que não recusou a nomeação de "representante" dos peões, apesar de ser indesejável em Volta Redonda; se com Procópio, que tornou patente o objetivo de eliminar a CUT, num ataque frontal ao direito de livre organização sindical.

Essa política foi recebida pelos trabalhadores como insolente ameaça. Ganha terreno entre os metalúrgicos a convicção de que a destruição da CUT é considerada por Collor como pré-condição para seu plano de privatizações. "Para fechar a CUT, Collor é capaz até de desativar a usina", comentam os metalúrgicos.

Com esse objetivos, a direção da empresa tentou falar diretamente aos trabalhadores, para marginalizar o Sindicato. Produziu um volume inusitado de textos, boletins e volantes. Adotou as mesmas características gráficas e de paginação do material do Sindicato, para confundir.

Foi um fracasso. A greve foi uma reafirmação e uma confirmação da firme identificação dos peões de Volta Redonda com a CUT e o Sindicato.

A tática de Collor resultou no isolamento político de seus prepostos.

Um exame das cinco debilidades principais da estratégia de Collor para privatizar a Companhia Siderúrgica Nacional.

A construção da resistência

dos peões combinaram-se com a evolução das reivindicações e o aumento das pressões sobre a empresa. A greve foi tão unânime que nem se cogitou de piquete ou arrastão. Rompeu-se de golpe a correlação patronal de forças na empresa.

Estava ocorrendo algo mais abrangente e profundo que uma simples operação física: uma experiência viva de controle operário. A assembléia, como de costume, decidiu assumir a defesa do patrimônio e a manutenção do equipamento. A comissão encarregada da alta missão tinha poderes para autorizar o acesso à usina e para retirar de seu recinto pessoas não credenciadas. Até os diretores tiveram que submeter-se à disciplina imposta pela autoridade proletária.

Denúncia política

Ninguém conhece a usina melhor do que eles, mas a responsabilidade assumida apurou e afinou essa intimidade entre os operários e seus instrumentos de trabalho. Por isso mesmo, não se iludiram com a manobra do abafamento do Alto Forno nº 3. O Sindicato denunciou a intenção do presidente da empresa de aproveitar o fato para culpar os metalúrgicos por graves defeitos que vinha ocultando. Seu verdadeiro objetivo era facilitar a desativação do Alto Forno nº 1, da Sinterização I e II, das Baterias II e III da Coqueria e Áreas de Apoio, a curto prazo.

Seu plano consistia ainda em paralisar setores vitais, ligados à metalurgia e ficar só com a laminação que é o filé-mignon da usina, o que significa demissão para oito mil, limpando a área para entregar a CSN aos banqueiros e grandes grupos econômicos que apoiaram a campanha de Collor.

A assembléia decidiu que o Alto Forno nº3 devia ser colocado em repouso durante 30 horas, "conforme procedimentos normais das manutenções preventivas".

Greve produtiva

Outro traço original desta greve está na autorização da produção de perfis soldados pela Fábrica de Estruturas Metálicas (FEM). A lógica da decisão está na defesa do posto de trabalho, na convicção de que a fábrica pertence ao povo brasileiro, e não aos entreguistas, e na responsabilidade do controle operário da empresa.

Os perfis soldados são setor de ponta numa fábrica de ponta. A encomenda foi conquistada em concorrência e havia o risco de perda do cliente. Por isso, a assembléia autorizou a produção por um grupo de trabalhadores escalados por ela e não pela empresa. A produtividade deu um salto. Sob o aguilhão de chefes e chefetes, eram produzidos 30 perfis diários. Autoadministrados e autogeridos, os metalúrgicos produziram quase o dobro - 51 perfis diários. Isso diz tudo.

Solidariedade: a maior lição

O grande aprendizado desses 31 dias de greve está nos avanços e nas falhas, nos efeitos e nas omissões no manejo da grande arma que é a solidariedade de classe. Bastaria a experiência do crédito aos grevistas com o aval do Sindicato, bem como a ajuda de governos municipais da região, para descortinar as amplas possibilidades da solidariedade, desde que os próprios trabalhadores saibam encabeçá-la e dirigi-la.

Isto ficou ainda mais claro desde o momento em que, afinal, o Sindicato conseguiu sensibilizar a CUT e despertá-la para o papel decisivo de Volta Redonda.

Houve um atraso pesado: a CUT só apareceu mais de 20 dias depois de iniciada a greve. Houve um avanço eloquente: mais de cem toneladas de alimentos chegaram em Volta Redonda enviados pelos sindicatos da CUT de diferentes pontos do país. A distribuição foi outro exemplo de eficiente auto-organização.

A solidariedade não pode ser entendida como boa ação de escoteiro. Ela se alimenta da compreensão política da importância da unidade, da convergência de esforços e da ajuda mútua. No caso de Volta Redonda, a solidariedade é o canal da divulgação dinâmica do peso e da significação nacional daquela concentração na luta contra a privatização das estatais e na formação de um poderoso polo operário no Centro Sul do país ao lado do ABC paulista.

As condições peculiares de Volta Redonda permitiram grandes êxitos na organização, aumento da influência social e coesão dos trabalhadores. Mas foram insuficientes para desmontar o cerco governamental. Volta Redonda conseguiu romper o isolamento de uma luta separada, embora simultânea com choques da importância da luta na Ford no ABC.

Não foi derrotada. Mas ainda não ganhou.



Mais de cem toneladas de alimentos de solidariedade

A primeira imagem da greve de julho/agosto trazia a aparência, logo desfeita, de uma ação isolada dos metalúrgicos de Volta Redonda, apenas uma refrega localizada por um reajuste salarial. Já no primeiro dia, entretanto, ficou visível que a relação de forças dentro da CSN tinha mudado. Esta greve tinha uma nova dimensão e alcance.

A especial particularidade de Volta Redonda - uma cidade construída em torno e em função de uma fábrica - projeta sua classe operária como centro motor de toda a vida social. E o peso da sua produção na economia nacional traz as lutas de Volta Redonda para o primeiro plano da vida brasileira. Lá está um dos termômetros mais sensíveis da luta de classes no país inteiro. Esta última greve destacou pelo menos cinco sinais indicadores do amadurecimento de novo estágio no movimento operário.

Tudo parou

A cidade inteira, em solidariedade, interrompeu suas atividades no dia e na hora marcados pelo Sindicato. Cada um e todos os setores que interromperam voluntariamente suas atividades apenas esperavam um apelo, um sinal. Dois exemplos explicam esta situação:

a - Os engenheiros-peões. A assembléia do Sindicato dos Engenheiros para decidir sobre a adesão à greve era um ato político para consagrar uma situação de fato. A empresa despejou no plenário dos engenheiros tudo o que podia - diretores, chefes dependentes de toda ordem nesta hora de demissões e disponibilidades. Mesmo assim a assembléia rachou de meio a meio. Cem votos para a empresa, 92 para os trabalhadores. Era o voto dos engenheiros-peões, os técnicos e especialistas de nível universitário proletarizados. Quem faz o Sindicato são eles.

b - Crédito comercial à greve. Não há exemplo anterior de uma greve com o apoio do crédito comercial. Pequenos comerciantes e supermercados médios, farmácias e outros estabelecimentos abriram contas para grevistas previamente cadastrados até um limite compatível com o fôlego financeiro de cada um. Prova dupla de confiança: sabem que vão receber até o último centavo, estão certos da solidez do sindicato. Tudo começou por sugestões de alguns pequenos fornecedores de gêneros alimentícios. O Sindicato deu forma e organização ao movimento espontâneo. E' claro que os grandes supermercados recusaram.

Volta Redonda parou e foi para a rua porque avançou a frente única da classe operária com as camadas médias da população. O esquema funcionou e é viável não só em Volta Redonda, mas no Brasil inteiro.

Controle da usina

A experiência assimilada das lutas anteriores, o ininterrupto estudo da situação (a diretoria do Sindicato analisa e debate tudo em seminários semanais) e a constante ampliação do horizonte político

Como os trabalhadores, ao longo dos 31 dias de greve, foram criando as condições do controle da usina e da solidariedade ativa.

Um programa para salvar a estatal

Opinião

A "Proposta dos Trabalhadores para Salvar a CSN" é dirigida à empresa e ao governo, ao Congresso e aos partidos políticos, bem como às organizações da sociedade civil. Começa definindo a CSN como uma das mais modernas do mundo, com alto grau de automatização e equipamentos de última geração. Para construí-la, hoje, seria preciso investir US\$ 6,9 bilhões. É a única produtora de folha de flandres do país, com capacidade instalada de um milhão de toneladas anuais, 10% da produção mundial. O preço internacional é de US\$ 950 a tonelada, mas no Brasil se paga só US\$ 550. A CSN gera 25.000 empregos diretos e contribui mensalmente com US\$ 24 milhões de impostos para o Estado e o Município.

A dívida - A CSN deve US\$ 2,6 bilhões. A ditadura militar endividou as estatais para equilibrar a balança de pagamentos. As desvalorizações de 1979 e 1983 aumentaram enormemente essa dívida. Ao mesmo tempo, o governo represou os preços para esconder a inflação. A perda de faturamento da CSN de 1980 a 1989 é de US\$ 2,5 bilhões, igual à dívida.

Forma de pagamento - Os trabalhadores apoiam uma proposta da empresa e apontam condições para sua efetivação. 1) parte capitalizada pela União, US\$ 977 milhões; 2) parcela de 1,067 milhões reescalada para pagamento em 15 anos e 3) os restantes US\$ 602 milhões serão pagos com a geração de caixa da CSN. É prevista a substituição do IPI (imposto sobre produtos industrializados) pelo IPS (imposto sobre produtos siderúrgicos) pelo prazo de dez anos para sanear as estatais. Seria lançado um novo papel, uma debêndure especial, para pagar salários atrasados - US\$ 130 milhões. Dívidas fiscais convertidas em ações, bem como a metade da reposição salarial devida aos trabalhadores.

Gestão participativa - O saneamento da empresa inclui obrigatoriamente o pagamento dos salários atrasados, a reposição das perdas salariais e aumentos compatíveis com a elevação dos custos de vida. Não é saneamento empresarial com calote e arrocho salarial. É proposta a formação duma Comissão Paritária de representantes dos trabalhadores e da empresa com capacidade de interferir nas seguintes questões:

- plano estratégico da empresa, transporte ferroviário e rodoviário, contratação de empreiteiras, comercialização de produtos, subprodutos, excedentes e rejeitos; compra de insumos e matérias primas, controle de qualidade, novas tecnologias e desativação de equipamentos, segurança no trabalho e controle ambiental, assistência médica, reestruturação hierárquica, desempenho financeiro e acompanhamento do mercado.

Uma ferida aberta na privatização

A greve da usina siderúrgica de Volta Redonda foi uma ducha fria no processo de privatização da empresa. A greve atrapalha, pois nenhum comprador vai querer comprar problemas, principalmente falta de estabilidade no que diz respeito à mão de obra - disse o ministro Ozires Silva

(Jornal do Brasil, 18.07.90).

- A greve abriu uma ferida no projeto de privatização, queima o governo Collor ante o capital internacional. Banqueiros exigem garantias. Ficou claro que Collor não domina um processo que dizia controlar. A privatização foi ferida, não impedida: arranhada, mas não derrotada. - disse o presidente Vagner Barcellos.

As duas avaliações, a do governo e do Sindicato, mostram quem perdeu nesse primeiro round.

Próximas lutas

A volta ao trabalho foi uma retirada estratégica em boa ordem de marcha: nenhum equipamento avariado, nenhum parafuso fora do lugar. "Mas não se iludam que a situação está resolvida, adverte o líder metalúrgico. Daqui a dois ou três meses estaremos em petição de miséria, tanto a nível salarial como quanto à situação da CSN. Culparão os trabalhadores em lugar de adotar as medidas de saneamento da empresa propostas por nós. Teremos que travar outras lutas, tais são as injustiças do regime capitalista.

Um grande salto

- Os jornais são unânimes em apregoar que estamos derrotados e nada conseguimos - prossegue a avaliação. É a tática de Collor que



A grande preocupação é que um setor não sabe do outro. A briga do Metrô carioca, não a conhecemos aqui. A dos eletricitários e dos companheiros da Petrobrás, só a conhecemos de modo geral. Eles não estão por dentro da luta da CSN. Esse isolamento pode produzir um efeito dominó, um setor caindo depois do outro, perdendo um a um, em vez de vencermos, todos juntos. Mais tempo, menos tempo, podemos tornar-nos vítimas

desse efeito dominó se não juntarmos os projetos, se cada categoria não incluir as outras categorias na ordem-do-dia de casa assembleia.

O movimento operário classista é naturalmente abrangente e unitário. Mas o erro está em que as greves estão sendo isoladas, esperando que se unam por si mesmas. As empresas tendem a não ser saneadas, a mão-de-obra desmobilizada, desvalorizada, jogada fora da fábrica e o governo fazendo a privatização.

O problema que está colocado hoje é como chegar às lutas conjuntas e superar as greves isoladas. Não se trata de marcar a greve geral para tal dia, mas de esforços concentrados para chegar à ação conjugada. A ofensiva principal está no programa, na proposta dos trabalhadores das estatais sobre a gestão participativa das empresas. Não é apenas a eleição do presidente da companhia. Trata-se de do programa de produção, da escolha do mercado.

Vanderley Barcellos

"Precisamos conquistar a opinião pública para um projeto nacional, sólido e viável para as estatais".

Trotsky livre

Juarez Guimarães

Com a vitalidade dos que resistem ao esquecimento e à anulação, a figura de Trotsky continua a mover-se no pensamento daqueles que contêm a tumultuada história do século e refletem sobre o futuro do socialismo. Há meio século do trágico 20 de agosto de 1940, é em direção à liberdade que move-se a figura de Trotsky.

A primeira conquista deste movimento é recuperar o seu lugar no cenário de origem - o solo onde criou-se e do qual extraiu a sua força - a revolução russa. A demolição do estalinismo é, de forma incontornável, a reconstrução da verdade sobre a trajetória de Trotsky na revolução de Outubro.

Poucas vezes na história verificou-se, de forma tão profunda, esta absoluta dependência entre o encontro com a memória e a construção do futuro de um povo. Atas confinadas ao eterno segredo dos arquivos fechados vêm à luz, episódios são esclarecidos, crimes monstruosos revelados, personagens oficialmente condenados por traição são reabilitados, parafernálias de "provas" e calúnias desmontadas ao exame mais superficial, obras proibidas são editadas.

Trotsky livre do odioso cárcere da calúnia. Trotsky dirigente da revolução russa e construtor do Estado Soviético: o balanço de sua trajetória começa por esta afirmação tão simples e evidente, por dezenas de anos negada.

O ardil do espelho

O segundo movimento de Trotsky em direção à liberdade estilhaça o labirinto de espelhos em que querem confiná-lo. Se não há mais meios de negar o seu papel na revolução e na vitória do Exército Vermelho, procura-se enquadrá-lo como uma espécie de "irmão-inimigo" de Stalin, a contra-imagem do Stalin vitorioso. A herança de Trotsky e o estalinismo seriam "irmãos siameses", simétricos no seu gosto comum pela violência, pelo sectarismo e anti-humanismo, pelo autoritarismo.

Tal versão era corrente nos anos trinta, no momento mesmo em que o terror dos processos de Moscou terminava de exterminar os últimos oponentes reais ou potenciais ao poder de Stalin. Foi retomada de forma vulgar, como senso comum, pelos adeptos de Gorbachev, interessados em se distanciar tanto do discurso revolucionário de Trotsky quanto imunizar-se da sua crítica radical da burocracia. No debate que hoje se trava no PT esta versão foi retomada com ares de modernidade ou expressão de novidade intelectual.

Ora, se diante da calúnia era na verdade que residia a força de Trotsky, é sua grandeza e integridade moral que o livra deste ardil do espelho. Pois esta última versão, em seu pretensão humanismo, acaba por dissolver de forma absurda o próprio juízo moral, ao colocar um sinal de identidade entre o carrasco e o assassinado, entre o caluniador e o caluniado, entre o justificador do poder burocrático e o elaborador dos fundamentos da democracia socialista, entre, enfim, o movimento da contra-revolução e o movimento da revolução.

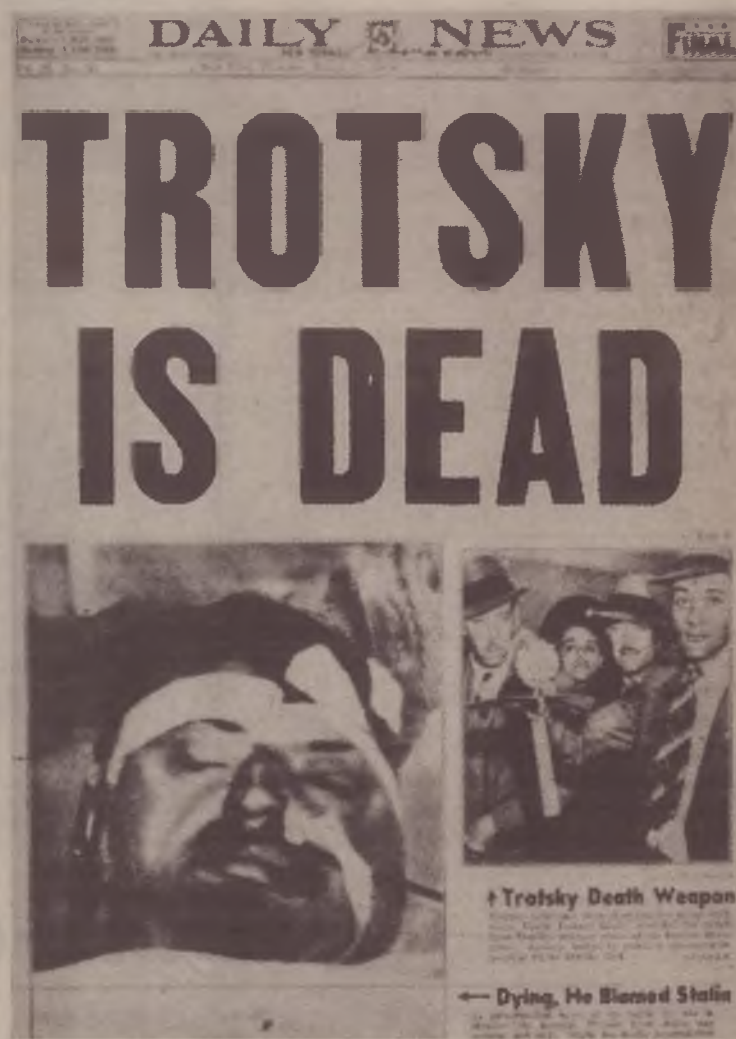
Stalin forjou a sua marca particular na história de seu sistema político em trinta anos de exercício despótico do poder. Dos quarenta e dois anos de militância revolucionária, Trotsky passou apenas seis anos compartilhando com Lenin e os bolcheviques a direção do nascente poder soviético. Os seus últimos dezessete anos de militância foram construídos na oposição a este poder despótico. Absolutizar traços autoritários da prática e do pensamento de Trotsky, em alguns dos seis anos em que esteve à frente do poder, e transformá-lo, como Stalin, em um teórico do totalitarismo são outros absurdos.

Além de abolir o juízo moral, a versão dos "irmãos-inimigos" contém outro erro capital: querer fazer um balanço na história...abolindo a própria história.

A armadilha do dogma

O movimento em fuga do pensamento de Trotsky para a liberdade não cessa. Com o restabelecimento da verdade dos fatos, com o reconhecimento de sua grandeza moral, é a historicização de seu pensamento que se impõe.

A figura de Trotsky precisa agora se ver definitivamente livre das correntes sectárias que, submetidas às condições heróicas da perseguição e às circunstâncias deformadoras do isolamento, erigiram o pensamento de Trotsky em um dogma, em um absoluto fora da história, transformando o homem clarividente em profeta, e o revolucionário



"Trotsky está morto":
a manchete do jornal
novaiorquino
Dayly News

aberto à aventura do mundo, em inspirador de "igrejas".

No grande debate que hoje os socialistas de todo o mundo travam, a contribuição de Trotsky é inevitável e indispensável. Pois ele, como poucos outros, soube fazer no próprio campo da revolução a crítica da experiência vivida.

É preciso uma visão muito lúcida da história deste século e a audácia de analisar o novo que a história produz e reproduz a cada momento para lidar com este Trotsky livre da calúnia, dos ardis e dos dogmas. Mas não é próprio o Trotsky um exemplo do revolucionário em permanente risco, explorando este campo minado de esperanças onde a tradição e o novo fundam o futuro?

"Durante quarenta e três anos de minha vida consciente, fui um revolucionário; durante quarenta e dois destes anos, lutei sob a bandeira do marxismo. Se tivesse de recomeçar tudo, me esforçaria certamente para evitar este ou aquele erro, mas o curso geral de minha vida continuaria inalterado. Morrirei como revolucionário proletário, marxista, materialista dialético e, em consequência, ateu. Minha fé no futuro comunista da humanidade não é hoje menos ardente: ela é hoje mais firme do que era no tempo de minha juventude.

Natacha acabou de vir à janela do pátio e abriu-a mais para que o ar pudesse entrar mais livremente no meu quarto. Posso ver a ampla faixa de verde ao longo do muro e a luz do sol sobre tudo. A vida é bela. Que as gerações futuras a limpem de todo mal, de total opressão e de toda violência e a desfrutem plenamente."

Leon Trotsky

27 de fevereiro de 1940

C. Coacán



Fac-símile do boletim da Oposição bolchevique-leninista de 1936

Auto-organização e partido de vanguarda em Trotsky

Ernest Mandel

A relação entre a auto-organização da classe operária e a organização de vanguarda constitui um dos problemas mais complicados do marxismo. Até hoje este problema não foi tratado de maneira sistemática, nem à luz da teoria nem à luz dos dados empíricos sobre a luta operária, acumulados em cento e cinquenta anos.

Entretanto, quando se examina a obra global de alguns marxistas clássicos, obtém-se uma outra impressão. Durante mais de um quarto de século, Lenin e Rosa Luxemburgo abordaram este problema central da teoria e da prática marxistas. Seus escritos sucessivos não refletem um ponto de vista imutável mas dão a imagem de um processo de maturação, alimentado pela experiência.

Trotsky distingue-se deles pelo fato de que, tendo vivido mais que Lenin e Rosa, pôde abordar o problema classe/partido, auto-organização/partido de vanguarda durante quarenta anos baseando-se em uma experiência mais diferenciada e mais rica do movimento operário em toda uma série de países. Ele assimilou os fenômenos novos de fascismo e do estalinismo e os problemas decorrentes da luta contra eles.

Ao mesmo tempo - e precisamente por esta razão -, suas contribuições sucessivas sobre o tema classe/partido, auto-organização/organização de vanguarda, são de uma maior heterogeneidade do que as de Lenin e de Rosa Luxemburgo. Trotsky modificou ao menos cinco vezes sua posição fundamental sobre esta problemática, embora haja, sem dúvida, um "fio vermelho" comum a elas.

1902-1905

Como se sabe, Trotsky estava plenamente ao lado de Lenin, Plekhanov e Martov na sua luta contra os "economistas" no tempo do primeiro Iskra.

Quando no II Congresso do Partido Operário Social-democrata Russo, produziu-se uma separação e uma cisão provisória entre a maioria do Congresso (bolcheviques) e a minoria (mencheviques), Trotsky se posicionou com a minoria.

Sua polêmica contra Lenin gerou uma brochura *Nossas tarefas*

políticas (1904), que é sobretudo conhecida por causa da passagem que obteve um caráter dramático e profético à luz da evolução futura do Partido Comunista Russo e da história da URSS: "No que diz respeito à política interna do partido, estes métodos conduzem, como veremos mais tarde, a que a organização do partido substitua, o comitê central substitua a organização do partido e, finalmente, um ditador substitua o comitê central: além disso, eles conduzem a que os comitês elaborem as "diretrizes" enquanto o povo continua mudo". (1)

Numerosos adversários de Lenin, assim como historiadores com base no curso dos acontecimentos, concluíram que, neste tema, a história deu razão a Trotsky e não a Lenin.

Na realidade, deve-se constatar que Trotsky, assim como mencheviques e Rosa Luxemburgo, deformaram amplamente Lenin. Arrancaram as teses do *Que fazer?* de seu contexto concreto - e limitado no tempo - para lhes atribuir caráter universal. (2)

Entretanto, é verdade que se Lenin teria sucesso em desembaraçar-se de toda inclinação ao "substitucionismo" no curso das fases diversas do ascenso da atividade das massas, isso ocorreu muito menos no caso da maioria dos "velhos bolcheviques". Isto explica porque eles tomaram uma atitude vacilante, para não dizer francamente crítica em relação à constituição do Soviete de Petrogrado em 1905 e porque não decidiram senão tardiamente tornarem-se membros dele e apoiá-lo plenamente.

É certamente mérito de Trotsky o de ter sido o primeiro a reconhecer o soviete como a forma mais ampla de auto-organização da classe, produzida pela própria história, assim como a forma do futuro poder operário.

Os conselhos operários são órgãos da revolução proletária. Não podem continuar a existir durante períodos não-revolucionários.

É possível para os sindicatos de massa ampliar e prosperar nas condições de estabilização temporária do capitalismo. Isto não vale para os conselhos. Além disso, após a conquista do poder do Estado pela classe operária, um certo recuo da auto-atividade da classe pode limitar ou mesmo abolir a função dos conselhos enquanto órgão de exercício direto do poder.

1907-1914

Daf se segue a necessidade de uma interação dialética entre a auto-

Trotsky modificou ao menos cinco vezes sua posição fundamental sobre a relação partido/classe, embora haja sempre um "fio vermelho" comum a elas.

organização da classe - que é sujeita a flutuações consideráveis - e um partido de vanguarda permanente, cuja amplitude e influência de massa são igualmente sujeitos às altas e baixas da conjuntura, mas que é em certa medida mais estável e pode, portanto, resistir à pressão das correlações de força desfavoráveis.

Trotsky não tinha percepção disso após o Congresso de Estocolmo do POSDR. Sua subestimação do perigo da posição liquidacionista, seu bloco sem princípios com os mencheviques, apesar dos profundos desacordos políticos que os separavam, sua atitude conciliadora que deslocava a questão organizacional na prática de todo conteúdo político - parcialmente sob a influência do "centrismo" alemão, isto é de Kautsky, do qual ele, entretanto, reconhecia mais corretamente do que Lenin os limites políticos - fizeram com que seus erros do período 1907-1914 fossem mais graves que do que aqueles do período da primeira cisão.

1917-1919

Imediatamente após o desencadeamento da revolução de fevereiro de 1917, Lenin e Trotsky adotaram uma posição idêntica sobre as tarefas do proletariado. Ela se exprimiu na fórmula "todo poder aos soviets".

As Teses de abril de Lenin constituem neste ponto um giro que provocou inicialmente uma resistência da parte dos "velhos bolcheviques".

Ao mesmo tempo, Trotsky corrigiu sua concepção errônea sobre o partido bolchevique como uma "seita isolada". Reconheceu plenamente o papel de vanguarda que os operários educados pelo partido jogaram na revolução de fevereiro. Isto o levou a abandonar toda atitude conciliadora no plano da unidade com os mencheviques, ainda mais que o problema dos desacordos estratégicos sobre o curso da revolução constituem para Trotsky e para Lenin uma questão de vida ou de morte, de vitória ou de derrota, e não um problema secundário.

Lenin exprimiu assim a sua apreciação definitiva, que não se alterará até a sua morte: "Trotsky compreendeu que a unidade com os mencheviques é impossível e, desde este instante, não há melhor bolchevique que Trotsky." (3)

Como presidente do Soviète de Petrogrado, um incansável agitador, como dirigente do comitê militar revolucionário dos soviets, que alcançou a vitória na insurreição de Outubro sobretudo pelos meios de agitação política, Trotsky resolveu na prática o problema da relação auto-organização/partido de vanguarda, antes de dominá-lo do ponto de vista teórico.

Esta solução encontra a sua expressão condensada na simultaneidade da sublevação armada e do segundo congresso dos conselhos em outubro de 1917. A sublevação nem é uma conspiração, nem um golpe de uma minoria.

É a expressão da decisão democrática da grande maioria da classe operária russa, e dos camponeses pobres, de estabelecer o poder dos soviets, "o Estado operário e camponês".

Em seu História da revolução russa, Trotsky resume sucintamente: "É somente pelo estudo dos processos políticos de massa que se pode compreender o papel dos partidos e das lideranças, que não estamos inclinados a ignorar. Eles constituem um elemento não autônomo, mas muito importante do processo. Sem a organização dirigente, a energia das massas se volatiliza como o vapor não fechado em um cilindro de pistão. Entretanto, o movimento não vem nem do cilindro nem do pistão, mas do vapor."

Esta unidade dialética e a fecundação mútua-organização da classe e do partido de vanguarda, que caracteriza 1917, se prolongará quando da construção do jovem Estado soviético e da Guarda Vermelha. Contrariamente ao mito, os anos 1918 e 1919 foram o ápice da auto-atividade autônoma da classe operária russa, tanto ou mais do que no ano de 1917.

Na passagem escrita por Trotsky mencionada acima, a problemática do "papel" dirigente é definida de maneira marxista clássica. Sem o seu papel dirigente, todo o potencial enorme do movimento de massas corre o risco de se evaporar. Mas este papel dirigente não é, segundo a fórmula incorreta de Plekhanov no segundo congresso do POSDR, um "direito adquirido". Este papel deve ser constantemente conquistado e reconquistado politicamente, isto é, democraticamente. A maioria da massa deve lhe dar o seu apoio. Ele não pode se estabelecer senão na luta pela conquista da maioria. E as convicções do partido, mesmo o seu programa, não são infalíveis nem imutáveis. Eles mudam a partir do teste da prática. Ele não pode senão acompanhar a auto-atividade das massas.

Quando aplicamos a fórmula do "papel dirigente do partido" sem estas três limitações, ela se torna no melhor dos casos uma caricatura sectária e dogmática; no pior dos casos, como sob a ditadura estalinista e pós-estalinista, um meio de amordaçar as massas e de sufocar sua auto-atividade, inclusive pela repressão sistemática.

1920-1921

Para que possa haver uma interação entre a auto-organização da classe e da atividade política dirigente do partido de vanguarda revolucionário, deve haver uma classe operária ativa ou pelo menos uma ampla vanguarda operária ativa. Mas como já dissemos, sob o

capitalismo isto não é sempre garantido e é praticamente impossível enquanto fenômeno permanente.

A experiência da revolução russa e de todas as revoluções vitoriosas posteriormente demonstraram que, também nas sociedades pós-capitalistas, esta auto-atividade permanente não é automaticamente dada. Aí também ela está sujeita a ascensos e refluxos conjunturais.

No caso da Rússia em 1920-1921, estas condições são amplamente conhecidas e frequentemente citadas: o enfraquecimento numérico do proletariado pelo declínio das forças produtivas e da indústria provocada pela guerra civil; o enfraquecimento qualitativo não menos importante do proletariado pela transferência massiva dos melhores forças para a Exército Vermelho e para o jovem aparelho de Estado soviético; a mudança progressiva da motivação dos trabalhadores para a segurança da existência imediata, a procura de viveres sob a influência da fome e da miséria; o abandono crescente da esperança de uma melhoria rápida das condições de vida pelas vitórias revolucionárias no exterior, particularmente na Alemanha; a dificuldade crescente dos trabalhadores, caracterizados ainda por nível cultural insuficiente para exercer diretamente o poder dos soviets.

Mas hoje, quando olhamos para o passado, podemos compreender mais claramente do que se podia então, que se tratava de um fenômeno conjuntural e não estrutural. Imediatamente após o início da NEP, a indústria e a classe operária começaram de novo a crescer. Não houve uma desestruturação durável da classe operária russa. A historiografia oficial afirma que a importância numérica da classe operária atingiu e superou em 1926 o nível de 1917.

Assim, a questão colocada é se, à luz da força quantitativa e qualitativa da classe operária russa desde 1922, as medidas políticas concretas dos bolcheviques e sua estratégia a médio e a longo prazo em relação ao exercício do poder, favoreceram ou entravaram o desenvolvimento da auto-atividade da classe. Hoje, a resposta nos parece clara: desde 1920-1921, eles a entravaram e não a favoreceram. Pior ainda: a justificação e a generalização teórica que a "substituição do poder do partido ao poder da classe durante os "anos sombrios" 1920-1921, reforçaram consideravelmente este freio.

Isto vale sobretudo para as medidas práticas: interdição de todos os partidos soviéticos com exceção do PCR, interdição das frações no interior do PCR. No curso dos últimos anos de sua vida, Trotsky fez a este respeito uma auto-crítica explícita: "A interdição dos partidos de oposição conduziu à interdição das frações. A interdição das frações levou à interdição de pensar diferente do dirigente infalível. O monolitismo do partido, instaurado de maneira policial, conduziu à impunidade para a burocracia, impunidade que se tornou a fonte do arbítrio ilimitado e da corrupção." (4)

Trotsky, como a direção do PCR de forma integral, aprovaram estas medidas e defenderam-nas durante anos. Mas estas medidas foram ainda menos apropriadas, na medida em que foram tomadas ao fim da guerra civil.

A justificação teórica do "substitucionismo" terá consequências ainda mais catastróficas a longo prazo, embora Trotsky tenha formulado esta tese de forma menos radical do que Lenin - e não tenha falado de uma desestruturação e de uma incapacidade permanente da classe operária exercer o poder. Ele escreveu: "Hoje, diante de nós, há uma proposição do governo polonês para concluir a paz. Quem decide? Temos o Conselho dos Comissários do Povo, mas este deve também ser submetido a um certo controle. Controle exercido por quem? O controle da classe operária inteira, enquanto massa amorfa, caótica? Não. O Comitê Central do partido foi convocado para discutir esta proposição e para decidir como respondê-la. Quando devemos travar a guerra, construir novas divisões armadas e encontrar os melhores elementos para equipá-las, para quem nos dirigimos? Recorremos ao partido. Para o Comitê Central. Ele envia diretivas aos comitês de partido locais a respeito do apelo dos comunistas para o front. A mesma coisa vale para a agricultura, a distribuição e para todos os outros problemas." (5)

Aqui, houve a substituição da classe pelo partido e do partido pela direção do partido (neste contexto, Lenin fala até de uma "oligarquia"), levado à sua última lógica, sem levar em conta as suas consequências políticas e sobretudo sociais (6). Não existia mais uma função autônoma para os soviets nem uma separação entre o partido e o Estado.

1923-1929

Desde 1923, Trotsky, que em 1921 havia ainda justificado teoricamente o processo de burocratização nascente, começou a reconhecer os perigos deste processo. Mais tarde que Lenin, mas mais consequente do que ele, começou a combatê-lo no front onde, segundo ele, este combate tinha chances de ter sucesso: no interior do próprio partido.

O combate pela democracia interna do partido para a Oposição de esquerda era a ponte para a reconquista da democracia nos soviets. Trotsky e seus partidários hesitavam ainda a se voltar para os operários fora do partido.

A ofensiva de Trotsky a este respeito, iniciada pelo combate do "46", a primeira Oposição de esquerda de outubro de 1923, parecia ter sido coroada de sucesso. O burô político aceitou as suas proposições.

A justificação teórica do "substitucionismo" a partir de 1920-1921 terá consequências catastróficas, embora Trotsky tenha formulado esta tese de forma menos radical do que Lenin.

Mas elas tornaram-se letra morta.

Na prática, o aparelho do partido em torno de Stanin, apoiado por quase todos os membros do burô político, sobre tudo Zinoviev e Kamenev, mas também Bukharin, Rykov, Tomsky e outros, lançou uma campanha sistemática no sentido de reduzir ao silêncio a oposição, de entrar a discussão, de suprimir o pensamento autônomo, de generalizar o conformismo e a obediência sob a cobertura do "centralismo democrático".

Isso significou uma ruptura total com a tradição do bolchevismo e do PCR que, contrariamente ao mito divulgado pelo estalinismo, foi caracterizada por discussões e desacordos livres e públicos. Iniciou-se a transição do centralismo democrático para o centralismo burocrático.

O sistema de nomeação dos funcionários do partido pela cúpula (e no caso dos "desobedientes", de sua transferência para cidades onde eles não dispunham de nenhuma base) ao invés de sua seleção democrática foi o instrumento organizativo principal para impor este sufocamento da democracia interna. O desenvolvimento de um enorme aparelho de funcionários foi a expressão sociológica deste processo. Imediatamente após a revolução havia menos de mil funcionários; em 1922-23, já havia quinze vezes mais; pouco depois, cem vezes mais. Este aparelho se autonomizaria e se tornaria gradualmente uma camada social específica na sociedade: burocracia soviética.

Já em outubro de 1923, os "46" analisaram este processo de degeneração com uma perspicácia marcante. Hoje, seu diagnóstico tem um som profético. Ele foi retomado de forma quase idêntica pelos partidários de Gorbachev, 65 anos mais tarde: "...sob a forma exterior da unidade oficial, (temos) feito na realidade uma seleção unilateral de pessoas que se adaptam às concepções e às simpatias de um pequeno círculo e que se comportam como se à espera deles."

A tentativa de Trotsky e da Oposição de esquerda no sentido de restaurar a democracia no interior do partido, foi ilusória, tendo em conta a situação? Ela foi em todo caso menos ilusória do que a tentativa de reativar de um só golpe uma massa operária decaída e amplamente passiva, embora simpatizante com a Oposição.

Hoje, sabemos, com base em arquivos que foram abertos na URSS, que a Oposição obteve, no início, não somente a maioria na Juventude Comunista de Moscou mas também no partido em Moscou: um voto que foi direta e descaradamente falsificado por Stalin e seu aparelho.

A tentativa fracassou. A tragédia deste fracasso consiste em que quase todos estes quadros dirigentes compreenderam, cedo ou tarde, a situação mas não todos ao mesmo tempo, e o mais frequente, muito tarde. Pagaram com sua vida. A classe operária soviética e internacional pagou um preço enorme de sacrifícios inúteis, contabilizado na forma de vítimas humanas.

1930-1940

Durante dez anos, de 1923 a 1933, Trotsky enfrentou o problema do Termidor soviético - a contra-revolução política na URSS. Este esforço analítico coincidia com a luta para clarificar a relação "auto-organização da classe/ organização de vanguarda", à luz da experiência da degenerescência burocrática do primeiro estado operário.

Mas não somente à luz desta experiência. Mas tarde, desde a ascensão do perigo fascista na Alemanha, parcialmente desde a experiência da greve inglesa de 1926, Trotsky formulou várias conclusões sobre a relação classe/ sindicatos de massa/ conselhos/ partidos operários. Elas podem ser resumidas sob a forma das seguintes teses:

a) A classe operária não é homogênea nem no plano social nem no plano da consciência. Sua heterogeneidade relativa implica ao menos a possibilidade, senão a fatalidade, da formação de várias correntes políticas e de partidos, que são apoiados por frações desta classe.

b) A luta cotidiana vitoriosa da classe operária, tanto pelas reivindicações imediatas econômicas como políticas, exige um forte grau de unidade de ação da classe. Ele exige, portanto, organizações que compreendem operários de diferente convicções políticas e de diferentes fidelidades organizacionais.

c) Mesmo quando elas são parcialmente, ou durante um certo período, totalmente dirigidas por aparelhos fortemente integrados no Estado burguês, as organizações de massa têm sempre ao menos um caráter duplo e continuam ao menos instrumentos potenciais de emancipação e de auto-atividade da classe. Elas são "germes da democracia proletária no interior da democracia burguesa."

d) O partido de vanguarda revolucionário distingue-se dos outros partidos operários essencialmente pelo fato de que, por seu programa, sua estratégia e sua prática, representa e defende totalmente os interesses imediatos e históricos da classe operária.

Para atingir esta finalidade, ele deve convencer a maioria da classe operária da justeza de seu programa.

e) As mesmas regras de conduta valem para a construção do Estado operário e para as formas de exercício do poder político (à exceção possível de uma guerra civil aguda). No curso deste processo, o papel dirigente do partido revolucionário é garantido pelo sucesso de convicção política e não por medidas administrativas e certamente não pela repressão contra setores da classe operária.

f) A democracia socialista, a democracia nos soviets e nos sindi-

catos, a democracia no partido (direito de tendência, não à interdição de frações, se bem que elas sejam em si indesejáveis), têm necessidade uma da outra. Isto não são normas abstratas mas condições práticas para um combate operário eficaz e para a construção eficaz do socialismo.

1- *Unsere politische Aufgaben*, citado aqui segundo Leon Trotsky, *Schriften zur revolutionären Organisation*, Rowohlt's Klassiker, Hamburg, 1970, p.73.

2- A fórmula tanto citada de Lenin no *Que Fazer?* sobre os intelectuais que deveriam introduzir "do exterior" a consciência socialista na classe operária, encontra a sua origem em Kautsky e Victor Adler no programa chamada de Hainsfeld da social-democracia austríaca.

3- Lenin, *Que fazer?* (Euvres, tome 5, p.489).

4- Relatório sobre a primeira reunião legal do Comitê de Petrogrado do partido bolchevique, em 1º de novembro de 1917, reproduzido no fac simile em *The Stalin School of Falsification*, Leon Trotsky, Pathfinder Press, New York, 1971, pp. 103-104.

5- L. Trotsky, *A revolução traída*.

6- L. Trotsky, discurso do 26 de julho de 1920 diante do II Congresso do Komintern, em *The first five years of the Communist International*, New York, Pioneer Publishers, 1945, pp.99-100.

7- Isaac Deutscher (no tomo 1 de sua biografia de Trotsky) dá uma série de outros exemplos do deslizamento de Trotsky para o "substitucionismo" durante os anos 1920-21, entre outros seu discurso diante do X Congresso do PCR.



A partir da análise da contra-revolução política na URSS e de várias experiências fundamentais, como a luta contra o fascismo, Trotsky elaborou uma espécie de síntese de princípios fundamentais sobre a relação partido/auto-organização da classe.



Teoria revolucionária e filosofia espontaneísta em Trotsky

Alain Brossat

Uma reflexão crítica sobre o pensamento, a produção teórica de Trotsky, deve partir da unidade, da totalidade deste pensamento tal como ele é formulado em todos os escritos e não somente naqueles que a tradição canonizou como contribuições chaves. Queremos revelar a tripla relação do pensamento de Trotsky: relação com a situação do marxismo que Trotsky encontrou, com a história da luta de classes e com a cultura de seu tempo. Qual é a trama de sua teoria política, mas também de sua filosofia da história, de sua "visão de mundo".

Não entraremos aqui no debate sobre a unidade do discurso filosófico e da teoria (política) em Marx e nos fundadores do marxismo. Discutiremos apenas a posição de Trotsky no que diz respeito à relação teoria (política) - filosofia. Insistimos que, na obra de Trotsky, não existem quase nunca expressões filosóficas, propriamente ditas, ou, se existem, são vinculadas diretamente a discussões cujo fundo é político: por exemplo em *A nossa moral e a deles* ou *Defesa do marxismo*.

De uma forma geral - mas isto é acessório - sabemos que o conhecimento filosófico de Trotsky não era muito profundo. Tratava-se de um dos domínios no qual, como disse Pierre Naville, ele se achava "mais improvisando do que gostaria". Em Trotsky, o conhecimento filosófico é de segunda mão, tomado de empréstimo a outros, Marx e Engels para começar, e também de Plekhanov e Labriola.

Discurso fundador

Dito isto, Trotsky é, no sentido forte do termo, um teórico. Sua contribuição ao corpo geral do marxismo é profundamente original. Ele é, à sua maneira, um discurso fundador, apoiado sobre um aparelho conceitual estruturado, complexo, coerente.

Sublinhemos este aparente paradoxo: teórico de grande envergadura, mas não filósofo. Há aqui uma pista segura para localizar historicamente Trotsky. Marx, por ser um político revolucionário, devia ser filósofo, para acertar as contas com a sua "consciência anterior": Hegel, os jovens hegelianos, além de outros. A fundação da originalidade do discurso de Marx passava por este "ajuste de contas".

Trotsky está situado na margem de uma outra época, de uma outra história onde a filosofia (o terreno de um "militantismo filosófico" tal como existe entre os fundadores do marxismo) é, poderíamos dizer, tragada pela história e pela política.

Em Trotsky, portanto, pela primeira vez, a explicitação do seu discurso, a teoria no sentido do discurso político revolucionário da luta de classes ocupa todo o terreno da reflexão, é o lugar incontestável de sua unificação: sinal de uma ruptura na história, da entrada

na era da revolução proletária. Insistiremos sobre a importância desta ruptura.

Procuraremos mostrar também que aquilo que explicita o discurso ou o "essencial" do discurso, o que lhe dá estrutura e coerência, não é todo o discurso: na teoria política (histórica e social) de Trotsky há interstícios onde desponta o que nós chamaremos, sem intenção pejorativa, sua filosofia espontaneísta. Uma filosofia cuja trama nos parece ser feita da tradição filosófica marxista de seu tempo, de "efeitos reflexos" de sua teoria política, do ambiente cultural ou de sua época.

Dialética e história

A contribuição teórica de Trotsky constitui uma mutação no corpo teórico do marxismo. Queremos dizer: um avanço teórico e uma subversão de perspectivas.

Trotsky desfere um golpe mortal a uma certa dimensão metafísica do marxismo que supõe um Saber Absoluto apto a enunciar "leis" que regeriam a evolução do Mundo, tanto da História como da Natureza, a evolução social desde o começo dos tempos assim como as mutações da espécie animal. Não afirmamos que traços desta metafísica, desta filosofia no sentido detestável do termo, não são encontráveis nos textos de Trotsky. Muito pelo contrário.

Dizemos simplesmente - isto é o essencial - que sua produção teórica se edifica fora desta metafísica, em ruptura prática com ela: porque Trotsky aplica plenamente o conceito da dialética como conceito de movimento social e histórico. Ou melhor ainda, em Trotsky, o objeto da dialética como aparelho conceitual é o movimento social e histórico. Ele é o primeiro grande teórico marxista a retirar radicalmente o marxismo da muleta metafísica da Ordem do Mundo (as "leis" da Dialética), da mitologia das Origens e de uma teleologia (doutrina que considera o mundo como um sistema de relação entre meios e fins) que deve, entre os fundadores, muito a Hegel.

Em sua produção teórica, a unidade dialética da evolução humana se encontra ao mesmo tempo situada ao nível da vida histórica e social da humanidade. Veremos adiante que o "preço" desta mutação é um historicismo que pode desembocar em pontos cegos. Mas, pelo imediato, nossa preocupação é de sublinhar este distanciamento da impureza metafísica do marxismo das origens. Um exemplo: a famosa "transformação da quantidade em qualidade", o conceito do movimento dialético, dos "saltos" são com frequência presentes no pensamento de Trotsky, como outras articulações conceituais e dialéticas. Mas, em estado "prático", isto é, conjugado com a apreensão do movimento social e histórico; na noção de desenvolvimento desigual, na idéia estratégica de que "a ordem" do desenvolvimento

A contribuição de Trotsky ao marxismo é profundamente original, é um discurso fundador, apoiado sobre um aparelho conceitual estruturado, complexo, coerente.



A unidade do discurso teórico de trotsky solda-se em torno da impetuosidade revolucionária no início do século, da cena nova da "mundialização" das relações históricas e sociais.

econômico não comanda imperativamente as saídas políticas etc.

Seguramente, estes conceitos são largamente esboçados em Marx e Engels como intuições teóricas e políticas. Mas a mutação operada por Trotsky consiste em fazê-los base de uma teoria social e histórica, em recentrar o objeto da investigação marxista em torno do histórico e do social, em desenvolvê-los em uma teoria articulada e coerente.

É verdade que todos ou quase todos estão de acordo em reconhecer a grande coerência do discurso teórico de Trotsky. Para nós, reconhecer esta coerência é antes de tudo medir a amplitude da ruptura sobre a qual ela se funda: dar um ponto final ao darwinismo no seio do marxismo: o desafio de uma batalha onde as consequências dos efeitos do estalinismo a torna sempre atual.

Outro aspecto desta mutação: a ruptura com a economia vulgar que Trotsky opera. A interpretação vulgar da teoria da revolução permanente pretende que Trotsky "retoma sua liberdade" com o conceito da determinação em última instância das relações históricas e sociais pelas relações econômicas. É um contrasenso. A "descoberta" de Trotsky é uma articulação mais fina, mais dialética das relações econômicas, sociais e históricas. O fundamento teórico desta mutação teórica não é tanto a extrema atenção a uma "particularidade", a excepcionalidade de uma situação particular mas o conceito estratégico da totalidade e da unidade da história e do desenvolvimento social mundiais.

Ele foi o primeiro teórico e revolucionário marxista a pensar estrategicamente em termos da história mundial. Estrategicamente: isto é, politicamente, nos traços gerais como nas consequências particulares. A teoria da revolução permanente (do desenvolvimento desigual e combinado) coloca em cena uma dialética da totalidade e do particular que é a única que permite emancipar-se da interpretação economicista da determinação em última instância pelas relações econômicas.

Rio impetuoso

Que esta mutação teórica operada por Trotsky seja carregada por uma imagem particular da história, é evidente. Ele o diz limpidamente aliás em *Literatura e revolução*: "Nossa época, a época atual não é dinâmica? Ela o é, e no seu ponto mais alto." É difícil não reconhecer que o pensamento de Trotsky é inteiramente vinculado a um movimento: o de uma história cujo curso, como se diz, se "acelera" no início do século até anos vinte.

Um movimento histórico que não se reduz à impetuosidade extrema das lutas políticas mas está marcado pela irrupção de uma cena histórica nova: a era das revoluções proletárias. A unidade do discurso teórico de Trotsky solda-se em torno desta impetuosidade do movimento histórico do início do século, da cena nova da "mundialização" das relações históricas e sociais. A relação é íntima entre a incandescência e a extrema mobilidade desta fase histórica e a inspiração, o sopro teórico que produz o conceito de revolução permanente.

Na junção desta história e do discurso teórico de Trotsky, encontramos as metáforas familiares de sua linguagem; as revoluções são as locomotivas da história, a revolução avança a marcha forçada, ela corre como um rio impetuoso, a História com um H maiúsculo

invocada como um deus da mitologia antiga ("O que tens de fazer, faze-o depressa"...).

Filosofia do sujeito

Qual é a "filosofia espontânea" que constitui a "música de acompanhamento" desta teoria da história móvel e incadescente? É uma filosofia do sujeito. A noção de um sujeito histórico está no centro da análise de Trotsky. Ele está no centro sem dúvida de forma diferente do ocorre em Marx, não no sentido de um desacordo filosófico, mas de uma localização histórica diferente.

Salto evidente entre a fórmula "teórica" de Marx, "os homens fazem a sua própria história mas em condições determinadas" e a realidade da qual Trotsky é teórico e ator: as massas lançam-se ao assalto da ordem burguesa, os bolcheviques tomam o Palácio de Inverno. Em Trotsky, o proletariado é sujeito da história na medida em que a revolução proletária integra a atualidade histórica.

Em sua primeira versão da teoria da revolução permanente, em torno de 1905, neste período antileninista de Trotsky, aquela teoria era uma concepção da unidade social objetiva do proletariado, da unidade de seu automovimento histórico, em uma concepção semi-espontânea do movimento da revolução que se aproxima daquela de Rosa Luxemburgo.

A partir de 1917 se opera uma real mutação teórica no discurso teórico de Trotsky. Nada é mais ridículo que a afirmação dos estalinistas segundo a qual a "conversão" leninista de Trotsky em 1917 não é senão uma manobra tática.

Sua filosofia da história continua dominada pela noção do proletariado-sujeito, mas a unidade deste não é mais postulada em um discurso sociológico-profético: ela é a unidade visada ou realizada pela mediação de suas organizações, de acordo com as diferentes cenas históricas. Mediação sempre presente após 1917. É evidentemente na História da revolução russa que esta filosofia do sujeito histórico se apresenta com traços mais salientes. No movimento histórico da revolução russa, de fevereiro a outubro, o partido bolchevique apresenta-se e age como sujeito do proletariado: seu motor, sua "alma" fusão de sujeitos.

Nos escritos sobre as cenas históricas onde a adequação do proletariado à sua organização revolucionária não se delineia com a mesma transparência (revolução alemã, revolução espanhola, Frente popular francesa etc), esta dialética do sujeito revolucionário é mantida na percepção do movimento do proletariado rumo à sua unidade e à realização de suas tarefas revolucionárias (com o pano de fundo, muito frequentemente de uma percepção bastante "otimista" da perspectiva revolucionária, por exemplo, no texto "A revolução francesa começou" em *Onde vai a França?* ou nas cartas a André Nin na primeira fase da revolução espanhola). Mas esta dialética torna-se muito mais complexa e rompida com todo "sociologismo", todo fatalismo revolucionário: a unidade política do proletariado torna-se um objetivo, o desafio de uma batalha no quadro da estratégia da frente única.

Trotsky e Guevara

No movimento comunista internacional dos anos vinte, bem antes que o messianismo, o profetismo revolucionário, com todo o voluntarismo que comporta (e do qual o Luckács de História e consciência de classe e Lênin é a expressão filosófica) tenha atingido a sua plena extensão, Trotsky foi fundador desta filosofia da história que faz do proletariado-sujeito o demiurgo da história do nosso tempo. Seus escritos posteriores sobre o fascismo, sobre a frente única, sobre o método do programa de transição mostram que ele foi bem além desta filosofia espontânea de uma época de impetuosidade revolucionária. Em seus escritos relativos ao período de refluxo, esta filosofia do sujeito é retomada na concepção do núcleo revolucionário portador, contra ventos e marés, da herança de Outubro e da consciência revolucionária.

No fim dos anos sessenta, a impetuosidade do ascenso revolucionário nos diferentes "setores" da revolução mundial renovou o vigor desta filosofia da história voluntarista e subjetivista da qual Che Guevara foi a figura mais alta, simbólica, e trágica.

Hoje, o retorno crítico sobre esta filosofia espontânea que o Trotsky dos anos trinta-quarenta não alcançou liquidar nos parece indispensável. Em primeiro lugar, por razões políticas e estratégicas: em termos econômicos e sociológicos, a unidade do proletariado não é mais, nos países capitalistas avançados, este elemento visível, perceptível a olho nu como era na Rússia de 1905 a 1917; a unidade objetiva do proletariado apresenta-se dentro da diversidade senão na dispersão social e ideológica.

De outro lado, desde a fundação da III Internacional e da revolução alemã, a divisão política do proletariado aparece como um fator profundo e crônico na história, um fator estrutural na luta de classes que, sob o fogo das provas históricas, não fez senão se acentuar.

Hoje, o tema da unidade do proletariado se encontra, portanto, resolutamente colocado sobre o terreno da batalha por esta unidade e não mais no terreno da unidade do movimento de uma consciência que caminha do em-si da exploração rumo ao para-si da consciência revolucionária: é preciso terminar com Hegel. Uma batalha pela unidade do proletariado em sua luta (reivindicações "unificadoras") e nas suas organizações: estratégia da frente única.

É também por razões mais gerais que esta filosofia do sujeito revolucionário deve hoje estar "em crise": o trabalho crítico da psicanálise e da antropologia opera há meio século uma espécie de revolução copernicana que converge no questionamento da noção do sujeito tal como é veiculada nos diferentes cenários da filosofia clássica.

A crise da cultura moderna repõe, prolonga este trabalho, estas interrogações no coração mesmo das relações sociais. Uma cadeia de associações entre esta noção de sujeito, a noção da consciência, a noção de Razão se encontra quebrada.

Ruptura e continuidade

O conceito de história em movimento, segundo Trotsky, leva consigo a noção de uma subversão-separação de um cenário anterior que entrou em decadência: o conceito hegeliano em estado "prático". De outro lado, ao menos nos anos vinte, este conceito foi portador de uma visão teleológica fortemente acentuada, na figura do comunismo como objetivo prático e não como simples utopia geral. Tal é o desenvolvimento conceitual onde se delineia em Trotsky a noção de progresso. As suas bases são, conforme a tradição marxista, a transformação da relações de produção capitalistas. Mas, neste quadro, a característica própria da visão do mundo de Trotsky é, pode-se dizer, a velocidade: a dialética de Trotsky é "rápida" e chocante, como a história que lhe fornece a matéria. O pensamento teórico de Trotsky se eleva ao ponto mais alto nas análises das rupturas violentas, das alternativas abertas, dos movimentos cataclísmicos, sua dialética é superior na análise das situações de ruptura histórica onde o fogo da história vai se incendiar em um sentido ou outro: crises revolucionárias, avanço do fascismo, deslançamento da Segunda Guerra Mundial etc. Nesta dialética, o conceito de alternativa ocupa um lugar muito importante, a ponto de se formular como um verdadeiro conceito filosófico, antropológico, sob a apresentação de "socialismo ou barbárie".

Revolução e modernidade

É notoriamente ausente em Trotsky uma reflexão crítica sobre os fundamentos mesmos de nossa história e de nossa cultura. O desenvolvimento do conceito de desenvolvimento histórico em seu pensamento, reforça nele a tendência hegeliana: a revolução proletária como resultado-coroamento-aperfeiçoamento da evolução histórica. Trotsky volta sem cessar à idéia que esta revolução é "inevitável": otimismo histórico inquebrantável cujo fundamento filosófico espontâneo é o conceito da marcha da humanidade para o Progresso. Nele, a percepção e a teoria das rupturas se combina com o conceito de continuidade histórica, continuidade da marcha da Civilização.

O fato é que a visão do futuro, o conceito do Progresso, em Lenin

como em Trotsky, são absolutamente determinados por seu enraizamento histórico, as condições de seu combate histórico, seu desafio: a defesa, a consolidação da primeira revolução proletária, vitoriosa num país econômica e culturalmente atrasado. Instalados que estão no olho do ciclone histórico dos anos vinte, eles erigem as sociedades industriais avançadas como modelo de desenvolvimento para a URSS, em termos que, como dissemos, vão além da simples questão "econômica" da acumulação. Bem tolo seria, portanto, hoje aquele que zombasse deles a propósito de um "preconceito civilizatório" ingênuo, nas posições de Lenin sobre o taylorismo, de seu elogio da eletricidade ou de seus ataques contra o "asiatismo".

O que às vezes se chama o "romantismo" de Trotsky, sua energia e sua capacidade profética, não remetem a nenhuma "força obscura", a nenhuma transcendência: eles não são senão a expressão política e psicológica da confiança absoluta na Razão da história. Da mesma forma, nele todo pensamento prospectivo (e sabemos a força deste pensamento prospectivo) é concreto, político, estratégico e de forma alguma utópico, sonhador: ele traça perspectivas concretas, tarefas, quer se trate do genial Balanço e perspectivas (1905) ou de seus textos sobre a organização comunista da sociedade em Questões do modo de vida.

Arte e Moral

O último efeito, e não menos importante, deste racionalismo totalizador é a sua percepção da política como lugar de unificação das diferentes instâncias da existência humana. Em torno do discurso e dos fins da política revolucionária se unificam em Trotsky, sem problemas aparentes, as questões suscitadas pela moral ou pela arte. Assim, o movimento de A moral deles e a nossa indica limpidamente uma desapareção da moral, um desvanecimento desta moral como instância separada: a política revolucionária a absorve, a moral revolucionária está dentro da política revolucionária.

No que diz respeito à arte, Trotsky defende uma independência absoluta do artista, recusa com extremo vigor a noção de uma arte orientada pela necessidade política; reconhece as vias específicas da produção artística. Mas seu conceito fundamental de arte é o seguinte: quando ela é autêntica, realmente de vanguarda, ela é emancipadora e "revolucionária". Esta concepção delineia para ele a linha de uma convergência fundamental entre a arte realmente viva e crítica e a prática revolucionária: ela é um ponto ideal onde um e outro convergem, fundem-se.

É muito difícil, hoje, para nós, retomar o conceito desta unidade, senão desta harmonia preestabelecida das diferentes instâncias em torno da política. Sem dúvida, o método que anima Trotsky quando ele fala de arte ou da moral continua a ser, no fundamental, o nosso. Mas, por razões históricas, pelas razões ligadas ao aprofundamento da crise cultural, da crise das relações sociais, vivemos em um tempo de desagregação de toda unidade racional, de desarticulação das unidades ordenadas sob os golpes selvagens de novas contradições sociais, de novas interrogações culturais.

Crise da cultura

Assim, a crise da política no movimento operário gera um ressurgimento da moral como princípio regulador, um retorno da moral como "resposta" à incapacidade da política em responder a algumas das interpelações que lhe são feitas: por que com os melhores princípios do mundo terminou-se por colocar milhares de pessoas nas prisões etc? Assim, o retorno da moral é como o efeito de uma certa miséria da política ou, se preferir, da miséria de uma certa política, como efeito de uma contradição surgida na política do movimento operário (aspiração ou "perfil humano" do socialismo contra a realidade dos goulags, por exemplo), como a descarga da política tradicional dos estalinistas e dos sociais-democratas que, sob o pretexto de colocar a política no posto de comando, instauraram o cinismo e o amoralismo em princípio político, exibindo a ilegitimidade de sua política.

O mesmo vale no que concerne à arte. A figura Trotsky-Breton-Rivera-FIARI nos parece estranhamente longínquas e a convergência ideal que Trotsky delineava apresenta-se como uma imagem do passado. A arte de vanguarda de nosso tempo atira para a frente todas as pedras obscuras do desgosto, da crise da cultura, de uma revolta que não corre mais adiante das lutas do proletariado como o expressionismo do início do século.

Seguramente, existe hoje uma arte radical, uma arte de revolta absoluta, dispersa em clarões múltiplos e portadora, no essencial, de um sentimento de fim de mundo. Uma arte de ruptura com o mundo existente. Mas nós, revolucionários, nós que continuamos e consolidamos a nossa ira das relações existentes, nós sonhamos esta ruptura com um sentimento de absoluta dualidade em relação a nossas convicções e nossa atividade revolucionária. A imagem unificadora de um Maiakovski, de um Breton mesmo se afasta no horizonte.

Em uma boa medida, nossa realidade não se deixa mais pensar através dos conceitos e metáforas da filosofia espontânea de Trotsky. Apenas os tolos se julgariam menos "trotskystas", entretanto...



O "romantismo" de Trotsky, sua energia e sua capacidade profética não remetem a nenhuma "força obscura": eles são a expressão política e psicológica da confiança absoluta na Razão da história.

Esta é uma condensação do artigo originalmente publicado na revista Critique Communiste, nº 25, de novembro de 1978.

A corrida armamentista do Oriente Médio serviu, acima de tudo, para a chamada reciclagem dos petrodólares em benefício dos principais países capitalistas às voltas com graves dificuldades econômicas.

Abarrotaram o Oriente Médio de armas, as mais mortíferas e destrutivas, muitas das quais foram lá testadas em combate real. A região vem funcionando, há décadas, como campo de provas e mercado privilegiado da indústria bélica, essa tábua de salvação do capitalismo.

Rivalidades locais e regionais foram alimentadas para justificar e sustentar regimes militares e autoritários, mantendo uma situação de guerra permanente. O critério para a avaliação da influência na área vem sendo o volume dos fornecimentos bélicos, o número de assessores militares e o controle de bases aéreas e navais. A política do petróleo sempre foi feita com o dedo no gatilho. É essencialmente uma política de guerra.

Pontos frágeis

Resultado natural e desdobramento lógico dessa combinação entre o frio cálculo do imperialismo sem entranhas e o primitivismo tribal de dinastias feudais, a invasão e anexação do Kuwait pelo Iraque provoca a inusitada ira das metrópoles imperiais como ato de indisciplina e rebeldia cometido em momento especialmente inoportuno.

De repente, numa hora de delicados e difíceis ajustes internos no sistema capitalista mundial, quando as áreas e esferas vitais da dominação imperialista deveriam manter-se mansas, dóceis e tranquilas, estoura um confronto que põe a nu os ocultos pontos frágeis do novo esquema em fase de montagem. Basta, para segurar a ponta do fio da meada, atentar para o fato dos deslocamentos relacionados com a unificação da Alemanha que se candidata à posição de superpotência controladora de uma Europa em franco processo de aglutinação econômica e política para melhor competir com os Estados Unidos e o Japão. Já não se pode mais ignorar o processo de realinhamento particularmente penoso para os Estados Unidos que perdem posições e terreno militar, econômico e tecnologicamente.

Ao mesmo tempo, o desmoronamento dos regimes estalinistas, enfraquecendo a posição da URSS na competição entre as grandes potências, prometia inesperadas e imprevisíveis vantagens para uma reciclagem capitalista às custas do Leste Europeu. Abocanhar aqueles mercados e subordinar aquelas economias é uma perspectiva para encontrar saídas para a crise crônica de super-produção que afeta o capitalismo. As festas burguesas comemorativas da "morte do socialismo" visam segurança e tranquilidade política para o processo, com a inestimável ajuda da solícita subserviência da social-democracia na promoção da "economia de mercado".

IMPRESSO

Cúmplices e culpados

A política do petróleo sempre foi feita com o dedo no gatilho.

O Oriente Médio se tornou mercado e campo de provas privilegiado da indústria bélica.

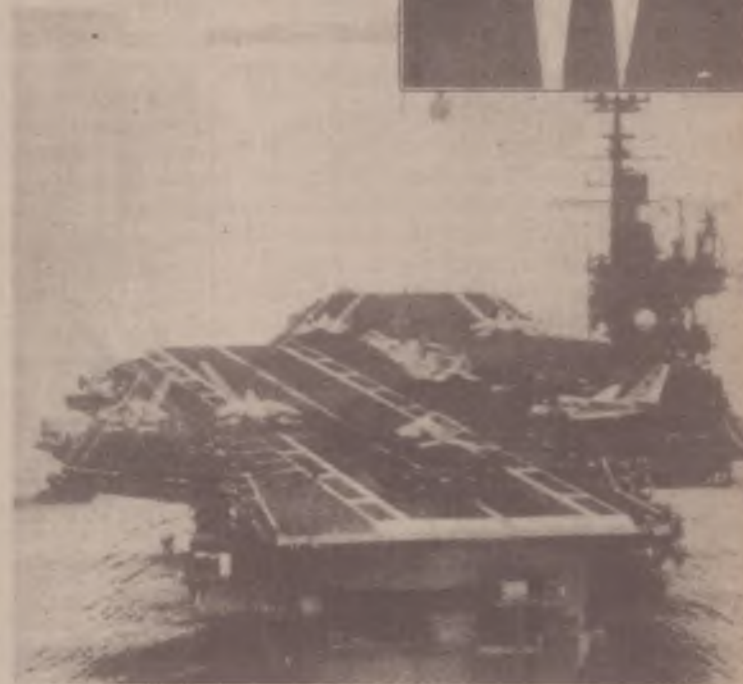
De repente, toda essa construção engenhosa é seriamente abalada pela sofreguidão e falta de juízo do Iraque. As principais bolsas de valores entram em pane, os preços disparam, a recessão e a crise batem às portas dos bastiões do grande capital nos Estados Unidos, na Europa e no Japão. Os jornais burgueses, num esforço de criatividade, chegam a comprar Saddam Hussein com o finado Gamal Abdel Nasser. Mas o melhor ponto de referência, no caso, é o general Noriega, agora de destino incerto e não sabido. A diferença está em que antigo subordinado de Bush no serviço da CIA foi destronado com a invasão e ocupação do Panamá, enquanto Hussein comanda um milhão de homens em armas e tem condições materiais e políticas para detonar uma crise energética sem precedentes.

São muitas as desvantagens da posição americana. Primeiro, porque lhe falta autoridade moral para condenar invasões, ocupações e inter-

o sul do Líbano. Ironia da história: Israel bombardeou e destruiu o reator nuclear iraquiano, num ato de guerra não-declarada, exatamente para evitar o quadro que agora se delineia junto a suas fronteiras.

A banda de música em torno dos brasileiros "reféns" é pura hipocrisia. O núcleo de técnicos impedidos de sair do Iraque é de especialistas militares com responsabilidades em projetos secretos, são mercenários que não seriam liberados por governo algum. Seria excessiva ingenuidade admitir que os governos do Brasil e dos Estados Unidos ignoravam as tentativas, acordos e encontros.

E' evidente o grave risco de guerra que incendiará o Oriente Médio e poderia se alastrar. Mas as grandes potências ainda mantêm o controle da situação. A grita da máquina de propaganda, as negações e dribles diplomáticos não podem ser tomados ao pé da letra.



venções em outros países. Panamá e Granada, de um lado, Nicarágua e El Salvador de outro; o cerco e as ameaças a Cuba, além de tudo isso.

Em seguida, porque, mais uma vez, se verifica que antigos títeres e criaturas dos americanos colhem êxitos ao legitimar sua política com discursos antimperialistas - o que comprova a penetração, influência e prestígio da denúncia antiimperialista do Terceiro Mundo.

Dados e riscos

Esta situação multiplica os riscos habituais ao Estado de Israel, que confiou seu destino à eficiência militar, o que resultou em crescente isolamento e dependência, na opressão nacional do povo palestino levado ao extremo de atos genocidas, guerras e ocupação de territórios alheios - a Cisjordânia e a Faixa de Gaza palestinas, o Golan Sirio,

Seu objetivo é criar melhores condições de barganha. O bloqueio é uma manobra para negociar. Nunca houve bloqueio total e de duração indefinida. Nem o boicote árabe a Israel foi Total. A resolução da ONU autorizando o uso da força se presta a interpretações casuísticas: o que é "força mínima"? A tribo kuwaitiana deposta não vale uma guerra, mas Bush pode tornar prisioneiros de suas próprias ameaças e ser arrastado ao conflito aberto.

Nesse jogo, os dados estão viciados e as cartas estão marcadas. Todos, de Hussen a Bush, são cúmplices e culpados. O que interessa aos povos é que todos percam. Devemos denunciá-los implacavelmente.